

A MARCHA DO DIA 17 DE ABRIL E O DESGASTE DA IMAGEM DO GOVERNO FHC ABREM UM NOVO CENÁRIO POLÍTICO NO PAÍS. OCUPÁ-LO É DESAFIO DA ESQUERDA

FELIX SANCHEZ

A marcha dos sem-terra sobre Brasília e o grande ato do dia 17 abril abriram um novo cenário para o enfrentamento ao governo FHC e o fortalecimento das lutas e das idéias de combate ao neoliberalismo. O aquecimento das mobilizações sociais, com a retomada das lutas dos setores populares e do movimento sindical, é um aspecto que Jorge Martins destaca no artigo "Da marcha à greve geral" na página 3.

Começam a ser construídas condições mais favoráveis à recomposição de um movimento de massas estruturado em torno de uma plataforma política democrática e popular.

Começam, também, a se acumular fatores de desgaste da imagem do governo FHC. O escândalo da compra de votos para a votação da reeleição, a resistência de um amplo leque da sociedade à privatização da Vale do Rio Doce e a crescente desconfiança da população sobre o futuro do Plano Real



AS LIÇÕES DOS SEM-TERRA

tem convergido com a retomada das mobilizações sociais e, principalmente, com as ocupações do Movimento dos Sem Terra.

O mais importante do novo quadro político é que ele foi aberto a partir de uma ação política baseada na mobilização e na ação direta dos setores da classe trabalhadora

organizados pelo MST. A entrada na agenda nacional da luta pela reforma agrária, articulada às bandeiras de justiça e de combate ao desemprego, desmontou as tentativas do governo de enquadrar a questão da reforma agrária ao plano secundário das políticas sociais compensatórias do neoliberalismo,

com que lida o programa "comunidade solidária". Demonstrou que a intransigência no questionamento à situação do país e a radicalidade no desenvolvimento da ação política podem acumular conquistas e aglutinar aliados.

CONTINUA NA PÁGINA 3

OS DESAFIOS ATUAIS DO PT

A PERDA DE COESÃO POLÍTICA E O ESGARÇAMENTO DE SUA SUA IDENTIDADE SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS HOJE VIVIDOS PELO PT

RAUL PONT

O ABANDONO DE NOSSAS BASES SOCIAIS

Aí não há tergiversação. Se combatemos FHC e seu projeto, não podemos praticar nem aceitar suas políticas para os estados: privatizações, responsabilização dos funcionários pela crise, planos de demissão voluntária, guerra fiscal com tudo que isso significa de privilégios para grandes grupos econômicos. Muito menos podemos aceitar - e isso é ato de vontade política e não imposição de FHC - alianças de governabilidade com partidos que estão fora do campo democrático popular.

Isso nos leva, inexoravelmente, ao abandono das nossas bases sociais, sindicais e populares e ao inevitável confronto com o próprio partido. Este sente-se aliado e não se identifica com a política governamental praticada.

Temos um problema semelhante nos frequentes acenos de aliança com Itamar e Ciro Gomes feitos por dirigentes do partido na imprensa. Na medida em que a Direção Nacional do PT concilia com esta posição ou não assume uma clara definição sobre esses temas produz mais confusão, imobilismo e descrédito para o conjunto do partido.

Vivemos hoje um caso concreto que tem que ser resolvido. Ao conciliar e prorrogar a crise do Espírito Santo, a Direção Nacional, por sua posição majoritária, estende a profunda crise para as demais regiões e as diversas frentes de atuação do partido. Isso arma nossos inimigos com argumentos difíceis de contestar. Nossa força, desde o nascimento, residiu na coerência, na unidade de ação, na construção de um partido que se transforme, efetivamente,

numa vontade coletiva de milhões, capaz de conduzir o país às grandes transformações que ele necessita.

ESGARÇAMENTO DA ÉTICA PARTIDÁRIA

Quando começamos a ser "iguais" aos outros, com as mesmas práticas políticas, o debate resvala para quem é mais pragmático, quem melhor desenvolve o marketing eleitoral ou quem melhor expressa a onda mundial do neoliberalismo predominante.

Isso traduz não só o debate programático governamental mas também todo o conflito político-ideológico atual. Mesmo que isso seja percebido de forma muito variável na sociedade, em função dos diversos níveis de consciência e, em especial, pelo predomínio da ideologia dominante totalmente adversa ao campo da esquerda e do socialismo.

Essa ausência de coesão programática é evidente no esgarçamento da ética partidária que nos atinge crescentemente. Avolumam-se os casos de concessões ao eleitoralismo, ao pragmatismo e as práticas que sempre condenamos nos governos e nos partidos capitalistas.

A função do partido não é só apresentar e eleger parlamentares e administradores, mas, principalmente, fiscalizá-los e comprometê-los com as decisões partidárias e coletivas. Da mesma forma, o zelo e a observância do programa, dos compromissos eleitorais, da difusão de nossa estratégia e da utopia que representamos, são funções permanentes que o partido como agente externo à ação parlamentar e administrativa tem a obrigação de garantir.

CONTINUA NA PÁGINA 6

LEIA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

O modo não petista de governar

Victor Buaziz tem se destacado como o mais ferrenho opositor da política do PT no seio do próprio partido. Otaviano de Carvalho mostra, nas páginas 6 e 7, como seu governo foi compartilhado com as elites e sua política integrou as receitas neoliberais.

O MARXISMO DO CHE



Trinta anos depois de sua morte, a figura do Che continua sendo objeto de mistificações. Além de dirigente revolucionário, Guevara deu uma contribuição importante para a reno-

vação do pensamento marxista em nossa época e nas condições de nosso continente. José Corrêa Leite discute, nas páginas 8 e 9, o marxismo humanista e anti-dogmático do Che.

E MAIS:

FLÁVIO KOUTZII ANALISA O CASO BRITTO-GM

PÁGINA 4

MILTON TEMER DEBATE O ENCONTRO DE SANTIAGO

PÁGINA 16

MUDANÇAS NO EM TEMPO

Como nossos leitores já perceberam, Em Tempo sofreu mudanças importantes. Temos um novo projeto gráfico, elaborado por Caco Bisol, paginado por Alexandre Machado e ilustrado por Vicente Mendonça. Alteramos nosso projeto editorial, fortalecendo a parte dedicada à informação em nossa publicação. E ampliamos nosso corpo de colaboradores. Aguardamos as sugestões e críticas de nossos apoiadores.

JORNAL EM TEMPO É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 - TELEFONE (011) 67-3476.



VITÓRIA SOCIAL-DEMOCRATA

As vitórias trabalhista e socialista nas eleições inglesa e francesa questionam a unanimidade neoliberal. Cada uma tem seu significado. Tony Blair representa a ala mais direita da Segunda Internacional. Afirmou que vai manter a legislação anti-trabalhista de Thatcher e é favorável ao Tratado de Maastricht.

Jospin e o PSF foram vitoriosos depois do grande movimento de massas contra as reformas neoliberais, iniciadas pelo socialista Mitterrand e aprofundadas pelo conservador Chirac. Seu programa refletia isso: suspensão das privatizações, jornada de 35 horas, e revisão do processo de unificação europeia. Os primeiros conflitos, sobre as cláusulas de Maastricht, terminaram, no entanto, com sua aceitação de fato.

O alcance das mudanças dependerá da força do movimento por uma alternativa ao neoliberalismo em escala europeia. As marchas realizadas em todo o continente são um passo nesse sentido, em condições melhores com a derrota dos conservadores.

O BRASIL DE FHC

"CRIME INEVITÁVEL"

A PM paulista matou três trabalhadores durante operação de desalojamento de sem-tetos que tinham ocupado um conjunto habitacional em São Mateus, um deles atingido por um tiro na nuca enquanto ajudava uma criança. Para Iris Rezende, ministro da justiça, "o crime, muitas vezes, é inevitável". O governador Mario Covas afirmou: "não vi fato que justificasse admitir que a polícia agiu arbitrariamente".

QUEDA NA QUALIDADE DE VIDA

O Brasil é o 68º colocado no Índice de desenvolvimento humano do Programa de Desenvolvimento da ONU. Mas esta colocação se deve basicamente à renda per capita, mal distribuída. Em grau de alfabetização o país está em 93º lugar e em expectativa de vida ao nascer está em 107º lugar. A situação é muito pior para a população negra do Brasil, que tomada isoladamente, ocuparia a 120ª posição no mundo, tendo qualidade de vida semelhante à dos países mais pobres da África.

IMPUNIDADES

Nelson Cunha - condenado a 261 anos de prisão pelo assassinato de oito meninos de rua na Candelária, no Rio de Janeiro, em julho de 1993 foi absolvido no segundo julgamento. Ele tinha confessado o crime, mas agora afirmou ser inocente. Ao mesmo tempo, 18 pedidos de licença para julgamento de parlamentares por crimes comuns, de responsabilidade ou tributários estão bloqueados na Câmara dos Deputados, alguns desde 1989.

CULTURA DE EXTERMINIO

Três mendigos foram queimados nas ruas do Rio de Janeiro desde março. O número de casos no país sobe a pelo menos 20.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Enquanto a indústria automobilística ocupa 40 mil trabalhadores na cidade de São Paulo, o narcotráfico emprega hoje 50 mil pessoas, movimentando R\$ 30 milhões por mês. Em abril, a região metropolitana tinha 1,35 milhões de desempregados.

O JULGAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

José Rainha, uma liderança da luta pela Reforma Agrária, foi julgado e condenado a 26 anos de prisão, no dia 11 de junho, em Pedro Canário, ES. Condenado pela morte de um fazendeiro e um policial que lhe prestava segurança particular, após um confronto em junho de 1989, onde trabalhadores rurais foram feridos. José Rainha ficará em liberdade até o novo julgamento em 16 de setembro.

O parágrafo acima poderia sintetizar um julgamento de mais de 17 horas, se o que estivesse sendo julgado fosse os dois crimes. Mas a realidade é outra e desnuda a hipocrisia de nossas elites. Duas mortes realmente aconteceram. O confronto pela posse da terra em nosso país faz vítimas todo dia. Dezenas de trabalhadores rurais mortos. Porém, nenhum fazendeiro foi condenado.

Mais duro é constatar que José Rainha Júnior foi condenado sem nenhuma prova material ou testemunhal. Foi um julgamento patético, onde a acusação exigia a condenação "de um homem que incita a guerrilha urbana, com estas invasões... que foi treinado em Cuba". A defesa demonstrou a fragilidade da acusação e cinco testemunhas provaram que José Rainha se encontrava então no interior do Ceará.

Porém, isso não importava. Afinal, já antes do julgamento a direção do MST/ES alertava que ali se julgava a Reforma Agrária. Cabe, não somente ao MST mas a todos nós denunciarmos o teatro do absurdo ocorrido em Pedro Canário. A reforma agrária tem que ser defendida a todo custo, e assegurar a absolvição de José Rainha é a resposta que devemos dar a esta agressão. (Otaviano de Carvalho)

NEM TUDO SÃO NOTÍCIAS RUINS

SEM-TETO EM BRASÍLIA

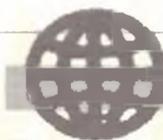
A caravana dos sem-teto a Brasília, organizada pela Central de Movimentos Populares, mobilizou 5.000 manifestantes, que fizeram uma passeata até o Palácio do Planalto.

MAIS MULHERES ELEITAS

O número de mulheres eleitas vereadoras em todo o país cresceu 37% nas últimas eleições. A cota obrigatória de 20% de mulheres nas listas do partidos parece estar dando resultados, mas elas ainda são apenas 11% do total de eleitos.

PROFESSORES EM GREVE

Os professores da rede estadual do RS entraram em greve no dia 20 de junho. O governo Brito ofereceu aos professores um reajuste de apenas 5%. A categoria, de 110 mil professores, tem feito assembleias massivas, com até 20 mil presentes. O CPERS é a entidade com a maior taxa de sindicalização da América Latina: cerca de 85% dos professores são sindicalizados.



PELO MUNDO

AMERICAN WAY OF LIFE

A Convenção dos Batistas do Sul, a maior igreja protestante dos EUA, aprovou um boicote ao grupo Disney, segunda maior empresa de comunicações do país, contra sua "direção antifamiliar e anticristã". Entre seus "crimes": a realização do "dia dos gays" em Disneyworld, a distribuição de filmes como Kids e Pulp Fiction, o programa de televisão Ellen, em que a personagem principal se revelou lésbica e a cobertura dos benefícios de assistência médica aos parceiros do mesmo sexo dos seus funcionários.

EXTERMINIO À AMERICANA

O estado norte-americano do Texas está superando o Irã, o Iraque e a Arábia Saudita em número mensal de execuções.

Em abril seis condenados foram mortos, em maio sete e em junho eram previstas 11 execuções. Só a China supera estes números, com 3.500 executados em 1996.

O IRÃ SE MOVE

Mohammad Khatami foi eleito presidente do Irã em eleição que teve um alto índice de comparecimento. Ex-ministro da cultura e defensor de uma maior tolerância religiosa, Khatami teve o apoio do ex-presidente Rafsanjani e de uma coalizão que conseguiu mobilizar mulheres, jovens e intelectuais nas grandes cidades do país. Seu adversário foi o atual presidente do parlamento, Nateq-Nouri, apoiado pelos conservadores, pelo empresariado e pelo aiatolá Ali Khamenei. Khatami teve 20 milhões de votos contra 7,2 milhões de Nateq-Nouri. O clero xiita encontra-se bastante dividido. Enquanto os conservadores enfatizam o papel do Irã no Islã, o discurso dos "reformistas" enfatiza a consolidação interna da revolução islâmica.

DITADOR ELEITO PRESIDENTE NA BOLÍVIA

O ex-ditador Hugo Banzer foi eleito pelo congresso do país presidente da Bolívia. Na eleição direta no primeiro turno Banzer, da Ação Democrática Nacionalista teve 22,3% dos votos, contra 17,7% dados a Juan Carlos Duran, do Movimento Nacionalista Revolucionário. Ele teve o apoio do Movimento de Esquerda Revolucionária, do ex-presidente Jaime Paz Zamora.

NOVO GOLPE CONSTITUCIONAL

O Congresso peruano demitiu três dos sete juizes do Tribunal Constitucional do Peru que consideraram que Fujimori não poderia se candidatar novamente à presidência. O presidente do Tribunal renunciou.

CLONES HUMANOS POR US\$ 200 MIL

O movimento religioso Relian fundou uma empresa nas Bahamas que está prometendo criar clones de seres humanos ao preço de US\$ 200 mil o "exemplar". Já há sete mil interessados. E por US\$ 50 mil, uma pessoa tem suas células estocadas, de modo que seu clone possa ser recriado no futuro. Segundo a empresa os interessados já chegam a 21 mil.

GRUPOS DE TORTURA DA ONU

A revista italiana Panorama publicou fotos de soldados italianos das "forças de paz" da ONU que agiu na Somália em 1993 torturando um jovem somali.

MEIO MILHÃO DE MULHERES MORTAS.

Relatório do Fundo de População das Nações Unidas mostra que a cada minuto uma mulher morre no mundo em consequência de problemas relacionados com a gravidez - 585 mil mulheres por ano. Grande parte desta mortes ocorrem por elas serem privadas de direitos reprodutivos e sexuais, como a livre escolha em relação à gravidez e ao parto, afirma o relatório. (José Corrêa)

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00 NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

UF: _____

CEP: _____

FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 66-5550

Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO", com textos teóricos. Nesta edição publicamos os artigos "Por um marxismo crítico", de Michael Lowy e "Globalização ou uma nova fase da internacionalização do capital", de João Machado.

UM NOVO ESTADO DE
ÂNIMO PODE SER
OBSERVADO NA
MILITÂNCIA DE
ESQUERDA NA MEDIDA
EM QUE CRESCE O
DESCONTENTAMENTO
CONTRA O GOVERNO E
AS MOBILIZAÇÕES
SOCIAIS.

JORGE LUIZ MARTINS



DA MARCHA À GREVE GERAL

Uma maior disposição para a participação em protestos políticos contra o projeto neoliberal vem sendo registrada entre largos setores da classe trabalhadora e do povo em geral. Esse novo estado de ânimo, que começa pela própria militância de esquerda nos movimentos, é a nossa matéria prima para lançar uma ampla mobilização contra o governo FHC. A greve geral está na ordem do dia.

O momento alto deste novo período foi a chegada a Brasília da Marcha organizada pelo MST. A Marcha mostrou que é possível resistir, que no enfrentamento com o projeto neoliberal é que podemos desmascará-lo e que o governo FHC não é imbatível. Uma postura que tem estado ausente em vários setores sindicais combativos.

Foi impressionante a mobilização dos sindicatos da CUT de várias regiões do país para a chegada da Marcha no dia 17 de abril, quando somaram 50 mil manifestantes aos quatro mil sem-terra. Na mobilização sindical coube um papel destacado aos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) que constituíram o maior contingente do ato. Essa junção do MST com o movimento sindical estimulou inclusive o caráter do ato ser por terra, emprego e contra as reformas neoliberais de FHC.

De fato, já na greve geral convocada para junho do ano passado tínhamos sentido essa nova disposição. E pode-se dizer que então nosso movimento reencontrou nela o veio da mobilização.

No entanto, a greve geral se viu em parte frustrada por causa dos erros de condução. Confiou-se demais em uma convocatória via mídia e pouco na militância e organização de base. Dessa forma várias categorias importantes não se envolveram efetivamente na preparação da greve, ficando a responsabilidade fundamental nas costas dos trabalhadores do transporte. Foram feitas concessões à Força Sindical para obter sua adesão, diluindo-se o caráter anti-neoliberal de ação, sendo que esta central nada fez para engrossar a greve. Não se buscou alianças no campo popular que reforçassem o seu caráter político e raio de ação.

Também não foi um problema menor que a greve acontecesse logo após as desastrosas negociações da CUT com o governo em torno à reforma da previdência. Isto é, num período marcado por grande confusão política (e ideológica até) no meio sindical combativo.

ASCENSO DAS MOBILIZAÇÕES

Mas a tendência ao ascenso das mobilizações continua. Foi registrada na comemoração do 1º de Maio, nas manifes-

tações contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e, em meados de maio, no ato organizado em Belo Horizonte para protestar contra o acordo para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que reuniu cerca de 10 mil pessoas. Trata-se, pois, de um novo momento, com a reversão da postura recuada assumida logo após da greve dos petroleiros e do funcionalismo federal, e que conduziu à negociação da previdência em começo de 1996.

Na manifestação do dia 17 a CUT e o PT foram coadjuvantes, mas seu engajamento, mesmo que tardio, ajudou decisivamente na ampla mobilização de Brasília.

O DIA 25 DE JULHO DEVE SER
UM MOMENTO DE MOBILIZAÇÃO
NACIONAL QUE APONTE PARA
UMAGREVE GERAL

Para alterar o patamar das mobilizações é necessário que CUT e PT assumam uma postura política diferente, de organizar efetivamente as mobilizações de oposição ao governo e seu programa neoliberal.

Nesse sentido deve ser avaliada a proposta apresentada no 1º de Maio em São



As lições dos Sem-Terra

Como definiu João Pedro Stédile, do MST, numa entrevista recente ao *Jornal do Brasil*, "nossa idéia é fazer um grande movimento nacional pela mudança do modelo econômico".

Na esfera do partido, o crescimento das mobilizações lideradas pelo MST contribuíram para fortalecer a construção de uma alternativa de denúncia do projeto neoliberal baseada na mobilização e na luta

UMA LUTA DE TODOS

Iniciadas em 1995, as ações de massa do MST, como as ocupações de latifúndios e instituições governamentais, as marchas etc, estabeleceram um novo patamar para a compreensão da luta pela reforma agrária na sociedade brasileira. Quebrando o preconceito de setores da intelectualidade e da própria esquerda brasileira, a plataforma da reforma agrária defendida pelo MST engloba

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DE CAPA

simultaneamente vários aspectos do programa de transformação anti-capitalista. Inicialmente, seu caráter participativo, baseado na mobilização e na organização autônoma dos trabalhadores. Depois, seu caráter massivo baseado em um programa arrojado de desapropriações, enquanto proposta de enfrentamento de problemas urgentes da sociedade, como a fome, a violência e o desemprego, apontando para o choque com as raízes da exclusão social e política. Finalmente, a reforma agrária enquanto proposta de desenvolvimento econômico e social visa democratizar a estrutura produtiva e alterar relações de poder seculares no país.

Na entrevista ao *JB*, João Pedro Stédile assinalava que "a nossa reforma agrária não é a reforma do Jeca Tatu, aquela de dividir o latifúndio, estão aqui seus dez hectares e se vira". A reforma agrária "teria de estar casada com a agro-indústria, com um programa de descentralização que pudesse levar os laticínios, as pequenas fábricas de conservas para os pequenos municípios perto dos assentamentos. Só concebemos a reforma agrária com a democratização da educação para libertar a gente do campo como cidadãos e integrá-los verdadeiramente à sociedade. Também defendemos um outro modelo de tecnologia pois o que está hoje em vigor se aplica às grandes extensões de terra. Pode funcionar em São Paulo, mas não funciona no Maranhão ou no Rio Grande do Sul. Na nossa opinião o governo quer transformar a agricultura brasileira numa grande São Paulo".

É justamente esta dimensão multifacetada da proposta de reforma agrária a que tem conseguido angariar simpatia e apoio crescentes, principalmente entre pobres e excluídos da cidade. Ela explica também a extensão e a profundidade alcançadas pela rede de solidariedade e de apoio à marcha sobre Brasília e à realização do ato massivo de 17 de abril em Brasília.

REAÇÃO DO GOVERNO

Colocado na defensiva na conjuntura em função do crescimento das mobilizações e do desgaste gerado pelo escândalo da compra de votos, o governo vem ensaiando uma reação que tem o MST e a luta pela reforma agrária como alvos. Em primeiro lugar, a absurda con-

denação de José Rainha a 26 anos de prisão pela morte de um fazendeiro e um policial da cidade capixaba de Pedro Canário, ocorrida em 1989 num conflito de terras na região. Amplamente divulgado pelos meios de comunicação, o julgamento e a condenação do líder dos sem-terra demonstrou o caráter eminentemente político da atuação da justiça (ver página 2).

MÉTODO INCORRETO

Por outro lado, o método utilizado está errado. Dirigentes da Articulação Sindical lançam em público propostas sem discutir nas instâncias do movimento e sem articular com o aliados prioritários da CUT. Isto tem um caráter desagregador e enfraquece a mobilização. O método acaba atrapalhando o mérito da proposta. Aliás, tão rapidamente como lançaram a proposta, dela recuaram.

Apesar disso, a organização de uma greve geral está na ordem do dia. Seus eixos devem ser claros: contra a corrupção do governo FHC, por Reforma Agrária, por Emprego, contra as Reformas da Previdência e Administrativa. O dia 25 de Julho deve ser um momento de mobilização nacional de protesto, que aponta para a realização de uma greve geral.

O decisivo é dar um salto organizativo e político em relação à greve de 1996. Incluir novos setores na mobilização, conseguir que todos os setores sindicais e populares combativos se engajem. Aprofundar o caráter anti-neoliberal da luta. E o que é fundamental: conseguir que as direções e os militantes sindicais superem a rotina cinzenta na qual estão imersos nas suas categorias para enfrentar as tarefas políticas do período.

JORGE MARTINS É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

A injustiça da punição adotada contra Rainha fica ainda mais transparente se lembrarmos que, passado mais de um ano, o governo, Congresso e Judiciário nada avançaram na apuração do crime bárbaro de Eldorado dos Carajás (PA). Nenhum governante punido, nem policiais militares acusados, enquanto dormem nas gavetas do Congresso projetos como o do rito sumário destinados a acelerar as desapropriações e coibir a violência dos poderosos.

Por "coincidência" o governo divulgou, um dia depois da injusta condenação de Rainha, um pacote de medidas que, com a desculpa de "acelerar as desapropriações", tenta barrar a ocupação de latifúndios improdutivos. De acordo com a medida provisória baixada pelo governo, as terras ocupadas não serão mais avaliadas até serem desocupadas. Inconstitucional e fortemente autoritário, o pacote do ministro da reforma agrária, Raúl Jungmann, visa colocar o MST e o movimento pela reforma agrária numa situação defensiva, coibindo a principal arma de luta desenvolvida pelo movimento: as ocupações de terras improdutivas em todo o país como legítimo instrumento de pressão sobre o governo.

Assim, o segundo semestre anuncia um período de acirramento nos conflitos entre o governo e o movimento de luta pela reforma agrária. O sinal dado pelo MST é de resistência às tentativas do governo e do judiciário de quebrar o ímpeto das mobilizações. Para o novo julgamento de José Rainha em setembro, o MST e aliados começam a organizar manifestações massivas de solidariedade. Para enfrentar o pacote "anti-ocupações" do governo, o MST já anunciou a preparação de novas mobilizações com ocupação de prédios oficiais. Como sempre, a luta continua... até a vitória.

FELIX SANCHEZ É MEMBRO DA EXECUTIVA DO PT DA CIDADE DE SÃO PAULO

CASO BRITTO-GM: OS ABSURDOS DA GUERRA FISCAL

O GOVERNO GAÚCHO
JÁ REPASSOU R\$ 253
MILHÕES PARA A GM,
MAS O ACORDO COM
A EMPRESA PODE
PREJUDICAR O
RIO GRANDE
POR 30 ANOS

FLÁVIO KOUTZII



capacidade de investir e queda na qualidade do serviço público - são meros detalhes ofuscados pelo marketing massivo de Britto e seus aliados.

A MONTADORA, UM SÍMBOLO

Faltava um símbolo para traduzir essa política de um ponto de vista favorável na opinião pública. Britto venceu Olívio Dutra num segundo turno duríssimo e assumiu sob desconfiança de quase metade da população.

O símbolo era a montadora, uma espécie de obsessão dos últimos governos. Depois de tentativas frustradas com a Hyundai e a Renault, Britto jogou todas as fichas na GM - bem mais do que o Estado pode suportar.

Em dezembro, quando a GM oficializou sua opção pelas terras gaúchas, Antônio Britto recebeu - patrocinou - a maior demonstração de culto à personalidade das últimas décadas. A mídia derramou-se em elogios à "competência" do governador, saudando a chegada da GM como o ingresso do Rio Grande do Sul na era do desenvolvimento. O governo anunciava aos quatro ventos: a GM vai investir R\$ 600 milhões no estado.

Mas pouco se sabia quanto aos termos da negociação. Os projetos relacionados à negociação omitiam valores e datas, mas deixavam claro um dado inquietante: o Governo estava comprometendo recursos públicos pesados na negociação, algo que poderia chegar a R\$ 500 milhões. Porém qualquer tentativa de denúncia esbarrava no carnaval criado pelo marketing governista.

O governo conseguiu transitar sua versão cor-de-rosa dos fatos até o dia 1º de abril, quando denunciámos um fato estorpecedor. Antes que fosse colocada a primeira estaca no futuro Parque Automotivo, o governo do estado havia transferido para a conta da GM a quantia de R\$ 253 milhões, fruto da venda de 35% das ações da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) para o grupo RBS, ligado à Rede Globo, que detém quase o monopólio das comunicações no estado. O valor repassado à GM significava o dobro do que o Estado investiu em novas obras e compra de equipamentos durante todo o ano de 1996.

A QUEBRA DA UNANIMIDADE

A denúncia quebrou a unanimidade - passiva, é verdade - do senso comum em torno do Governo Britto. Estabeleceu-se uma nova imagem: R\$ 253 milhões para um grande grupo é demais para um Estado empobrecido, endividado, que presta um serviço público deficiente, que não investe e que se omite diante de uma questão cara para os gaúchos: a crise na agricultura, a maior da história.

Depois, vieram à tona fatos novos. O Termo de Compromisso assinado com a GM, que o só mostrou após uma negativa inicial, por determinação judicial, reúne cláusulas exemplares. Elas correspondem à submissão, subserviência, pequenez, vale-tudo, comprometimento irresponsável das finanças públicas pelos próximos 30 anos e o que mais se queira dizer sobre um acordo unilateral, aético e com elementos de ilegalidade que estamos questionando na Justiça, através de uma Ação Popular.

Hoje, a imagem do Governo Britto é de suspeição, de constrangimento entre seus apoiadores e de franca revolta entre os que conhecem os termos do acordo e percebem nele a materialização de uma estratégia política deliberada.

ESSES ACORDOS SÃO FEITOS

SECRETAMENTE, COMO
NO CASO DO RIO DE JANEIRO
COM A VOLKSWAGEN
OU DO PARANÁ
COM A RENAULT

A conjuntura política gaúcha mudou. Depois de dois anos de sufocamento da oposição, hoje há espaço para se criticar posturas e debater modelo de desenvolvimento. Mas a questão Britto-GM não se restringe às fronteiras gaúchas. Britto é um fiel escudeiro de FHC e seu governo pode ser considerado um laboratório do modelo aplicado no país, como no projeto de privatização, na renegociação da dívida dos estados, no franco descaso com as áreas sociais.

NEGÓCIOS ESCUSOS

Do episódio é possível extrair argumentos e reflexões sobre a guerra fiscal em curso no país, o campeonato do quem dá mais, que nada mais é do que drenar dinheiro público - em grande quantidade - para grandes indústrias. A luta para atrair empresas que, na sua fase mais inocente, se limitava a reduções de alíquotas, superou a fase de garantir infra-estrutura e isenção de impostos. Hoje, já estão "empresando" dinheiro público a ser devolvido daqui a dez ou vinte anos sem correção monetária, juros insignificantes, etc. O que é a mesma coisa que doar.

Esses acordos são feitos secretamente, como no caso do Rio de Janeiro com a Volkswagen ou do Paraná com a Renault. A necessária transparência no trato do dinheiro ou do patrimônio público, que deveria ser um princípio irrenunciável da democracia, ganha, na era da globalização,

uma nova versão: debater com a sociedade passa a ser um empecilho para os negócios engendrados pelos governantes. A chamada coisa pública, definitivamente, vira objeto particular de quem, uma vez eleito, se julga com plenos direitos para fazer tudo sem explicar nada.

Até nesse aspecto, o caso GM pode ocasionar uma reversão. Tal foi a diferença entre o dito e o feito, tão grave foi o comprometimento das finanças públicas, que criou-se uma percepção diferente no senso comum. A percepção de que as coisas têm limite, que o dinheiro público deveria ser aplicado em outras áreas, que a GM trará efeitos positivos mas o custo pode ser muito caro.

Estudando detidamente não só o Caso Britto-GM, que extrapolou qualquer esfera razoável na guerra fiscal, mas o comportamento médio do governante brasileiro, temos absolutamente claro que qualquer projeto de governo democrático, do ponto de vista popular, deve ter como premissa o fim da farra dos incentivos fiscais. Ela significa empobrecimento dos estados, desequilíbrio do desenvolvimento e consolida uma situação de injustiça que fatalmente vitima as médias e pequenas empresas, os projetos agrícolas e os programas sociais destinados a enfrentar a exclusão social, a pior consequência da nova ordem econômica.

A guerra fiscal não é apenas um subproduto perverso do neoliberalismo, mas uma das condições de sua existência e consolidação. Portanto, gestionamos para que o partido, as bancadas do campo popular e a sociedade civil organizada compreendam a importância de combatê-la, através da denúncia e da definição de propostas concretas para colocar a questão fiscal voltada a viabilizar as finanças dos estados e proporcionar desenvolvimento, sim, mas submetido a critérios de justiça e preocupação social.

FLAVIO KOUTZII É DEPUTADO ESTADUAL E LÍDER DA BANCADA DO PT NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

PROER: UMA CONTA DE BILHÕES

OS PREJUÍZOS PARA
OS COFRES PÚBLICOS
COM O PROER
PODEM CHEGAR A
R\$ 10 BILHÕES

FABIO PEREIRA

O Proer - Programa de Estimulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro, lançado pelo governo federal em novembro de 1995, teve o seu fim anunciado pelo Banco Central (BC) para junho de 1997. Segundo o governo esse programa já teria cumprido o seu papel de "evitar uma crise bancária sistêmica" e garantido, a baixíssimo custo, o saneamento do sistema financeiro do país.

Em 18 meses, o Proer liberou recursos de R\$ 20,8 bilhões para os bancos privados do país, quase 3% do Produto Interno Bruto e provocou fortes polêmicas contra o governo federal. Sua origem é a tentativa

de encontrar uma solução para a crise do Banco Econômico, no qual o BC interveio em agosto de 1995. À época isso causou reações indignadas do principal aliado político de FHC, Antônio Carlos Magalhães, com históricas ligações com o antigo controlador do Econômico, Ângelo Calmon de Sá.

As principais operações em que o Proer foi utilizado foram a compra do Banco Econômico pelo Excel, a compra do Banco Nacional pelo Unibanco, a transferência do Banorte para o Bandeirantes e, em março de 1997, a aquisição do Bamerindus pelo Hong Kong and Shanghai Bank (HSBC). Outras transações de incorporação e compra de instituições bancárias responderam por uma parcela irrelevante do total de recursos liberados.

O QUE É O PROER?

Tendo surgido para responder a um problema político imediato, o Proer tornou-se um ambicioso programa de reestruturação do sistema financeiro privado do país que, acostumado aos ganhos fáceis do período inflacionário, enfrentou dificuldades para se adaptar à estabilização monetária.

A RENAULT NO LEILÃO OFICIAL: QUEM DÁ MENOS?

Enquanto antes as notícias sobre a instalação de montadoras gerava alegria e otimismo, agora elas trazem apreensão e desconfiança nos estados onde elas vão. Essa mudança de atitude advém, antes de tudo, da não-transparência das negociações pelos governos dos protocolos de intenção com as empresas.

A desconfiança de que existiria favorecimento de empresas, tornou-se realidade depois que a bancada do PT no Rio Grande do Sul teve acesso e tornou público o protocolo firmado entre o governador Antonio Brito e a montadora GM.

No Paraná, alegando razões estratégicas de atração de novas empresas, o governo Jaime Lerner nega qualquer pedido de informações sobre a Renault. Como também nega ao Senado, que recentemente deixou por isso de aprovar um empréstimo internacional de quase US\$ 500 milhões para o Paraná. E nossa bancada não obteve, até agora, acesso judicial a essas informações.

O Paraná atraiu empresas como a Renault, a Chrysler, a Audi/Volkswagen, a BMW, a Detroit Diesel Motors e Bertrand Faure sem tornar público os protocolos de intenções. Dessas, a primeira a se instalar no Paraná foi a Renault. É provável que as demais estejam recebendo os mesmos favores.

DOAÇÕES PARA A RENAULT

O município "premiado" para receber a Renault foi o de São José dos Pinhais que criou, em caráter de urgência, um Distrito Industrial em uma região de manancial que fornece água para Curitiba e investiu aí R\$ 15 milhões. Desse distrito, 2,5 milhões de m² foram repassados para a Renault,



que pode ainda receber a doação de outros 500 mil m². O município também abriu mão da cobrança de impostos e taxas por 10 anos. Este Distrito Industrial foi criado por lei municipal e autorização do Governo do Estado. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Distrito Industrial está sendo questionado judicialmente por entidades ambientais.

Além do terreno, no valor de R\$ 10,6 milhões, terraplanagem (OAS, R\$ 12,051 milhões), esgoto, sistema viário, gás, água e energia (R\$ 18 milhões), a Renault recebe também para uso exclusivo um pátio de 27 mil m² no Porto de Paranaguá.

O valor total de investimentos da Renault será de R\$ 1 bilhão. O balanço da em-

presa, publicado no *Diário Oficial do Paraná*, mostra que ela recebeu do Fundo de Desenvolvimento Econômico (governo do Estado) recursos a título de empréstimo, com prazo de vencimento de 10 anos, sem juros e atualização monetária, com início de pagamentos previsto para 2006. Consta também do balanço que o FDE detém 40% do capital acionário da empresa. Se um pool de investidores privados, não levantar estes recursos, eles terão que ser desembolsados pelo governo do Paraná.

A política de subsídios para atração de empresas do governo do Paraná se limita, oficialmente, ao dilatamento do prazo de pagamento do ICMS por 48 meses, ou seja, o ICMS só é recolhido do 49º mês em dian-

O PARANÁ ESTÁ ENTREGANDO À RENAULT R\$ 2,84 BILHÕES EM TROCA DE R\$ 600 MILHÕES E GRANDES DANOS AMBIENTAIS

FLORISVALDO FIER (DR. ROSINHA)

te. O Estado opera ainda, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico, com participação societária temporária.

O Governo do Paraná nega que tenha entrado no leilão fiscal e que a questão dos subsídios é somente o desempate, uma vez que a opção pelo estado se deve à sua oferta de infra-estrutura como telecomunicações (rede de fibra ótica), energia (elétrica e gás), integração rodo-ferroviária, portuária e proximidade com os principais mercados supridores e consumidores do País e do Mercosul.

Mas essa negativa não se fez acompanhar da publicidade do protocolo de intenções, o que levou à especulação sobre os valores subsidiados. Segundo dados da *Gazeta Mercantil* (11/11/96), o Paraná deverá abrir mão de cerca de R\$ 2,4 bilhões de ICMS nos próximos oito anos para garantir o ingresso de R\$ 1,3 bilhão da Renault e da Chrysler (com uma estimativa de recolhimento de impostos em R\$ 200 milhões e R\$ 100 milhões/ano respectivamente).

Esses valores, somados aos R\$ 400 milhões do FDE (prazo de vencimento de 10 anos, sem juros ou atualização monetária), significam que o Paraná terá uma perda que representará de 2 a 4 vezes o valor do investimento das empresas. No caso da Renault, o Paraná está entregando R\$ 2,84 bilhões em troca de R\$ 600 milhões e de danos ambientais imensuráveis.

FLORISVALDO FIER (DR. ROSINHA) É DEPUTADO ESTADUAL PELO PT /PR

O Proer se propôs a estimular um processo de concentração e, ao mesmo tempo, de internacionalização da atividade bancária no país. Essas medidas são defendidas pelo governo como imprescindíveis para adequar o Brasil à "competição global" a que o submete o mercado mundial. Isto apesar de o Brasil contar com pouco mais de 200 bancos (um país como os Estados Unidos tem mais de 10 mil).

As principais medidas previstas pelo Proer foram:

- criar uma linha de empréstimo do BC a juros subsidiados para as instituições que estivessem absorvendo outras "em dificuldade"; e
- possibilitar ao BC absorver a chamada "parte podre" dos bancos em crise cuja "parte boa" estivesse sendo transferida a outro banco.

Estas medidas foram apresentadas como alternativa à liquidação das instituições em crise, o que criaria problemas políticos para o governo FHC e econômicos para o país, já que sucessivas crises de bancos poderiam levar a uma crise generalizada da economia.

O CUSTO DO PROER

Apesar dos enormes valores liberados para os bancos, FHC e o BC vêm sustentando que, na verdade, o Proer possui um custo muito pequeno se comparado com o custo de crises semelhantes que teriam

ocorrido em outros países e se apurados corretamente os "custos fiscais" do programa. Os cálculos do governo dizem que, apesar da liberação de quase 21 bilhões de reais, o Proer custou até agora apenas R\$ 660 milhões, que corresponderiam à diferença entre os juros cobrados nas liberações do Proer e a taxa média de captação do BC.

Mas isso é falso porque: (i) mesmo o custo fiscal do Proer é maior que o divulgado pelo governo e pode chegar a um bilhão de reais se o cálculo for feito tomando-se a taxa de juros dos Bônus do BC; (ii) na melhor das hipóteses o BC consegue recuperar uma pequena parte da "parte podre", já que o patrimônio dos controladores em geral está protegido no exterior; (iii) as garantias oferecidas incluem elevada quantidade de títulos cotados no mercado por até 50% do valor de face. Ou seja, se o BC executar a garantia, vai receber muito menos que o valor do empréstimo.

Na verdade, o custo do Proer deve somar, além do custo fiscal direto, o prejuízo do BC com as chamadas "partes podres" de bancos como o Nacional, Econômico e Bamerindus. Além disso, inclui os possíveis prejuízos que o BC terá caso seja obrigado a executar as garantias recebidas nos empréstimos. Embora não se conheça quais são as garantias oferecidas nem a exata composição das "partes podres" dos bancos, é razoável supor que essa conta vai custar ao povo brasileiro muitas vezes mais



que o governo vem divulgando. Um cálculo que leve em consideração, além do "custo fiscal" imediato, a execução das garantias pelo preço de mercado estima um prejuízo de mais de sete bilhões de reais. Se a isso for adicionado o prejuízo com as chamadas "partes podres", é razoável calcular que o

prejuízo total pode chegar a 10 bilhões de reais. Para os banqueiros pode ser pouco. Mas seria suficiente para assentar centenas de milhares de famílias de sem-terra no Brasil.

FABIO PEREIRA É MEMBRO DO DR/PT-SP

O MODO NÃO PETISTA DE GOVERNAR O ESPÍRITO SANTO

ENQUANTO O ESTADO PASSA PELA SUA MAIS GRAVE CRISE FINANCEIRA, O GOVERNO VÍTOR BUAIZ EMPRESTOU OU DOOU, EM 1995/6, R\$ 705 MILHÕES PARA 150 GRUPOS EMPRESARIAIS

OTAVIANO DE CARVALHO



DMACI/LEITE

Em reunião realizada nos dias 3 e 4 de maio, o Diretório Nacional do PT aprovou, por maioria, uma Resolução Política sobre o governo petista (?) do Espírito Santo. Depois de meses na pauta do Diretório Nacional, pela primeira vez, houve um debate de mérito sobre o acelerado distanciamento do governo Vitor Buaiz em relação ao programa petista. A resolução, proposta por Tarso Genro, exige: "medidas imediatas... para reconstituir a relação do governo com setores da sociedade que compõem a base do projeto democrático-popular."

"O Governador Vitor Buaiz deverá explicitar um conjunto de medidas e manifestações públicas... para acabar com qualquer dúvida sobre sua posição em relação ao bloco de poder no País"

"O governador deve compor... uma Coordenação de Governo, onde devem ser debatidas todas as medidas de médio e longo alcance, para reconstituir o perfil político do governo, visando identificá-lo com o PT."

Outra proposta de resolução, apresentada pelos integrantes da chapa Socialismo e Democracia, partindo das mesmas constatações em que se baseou Tarso Genro (de que o governo não tem mais nada de petista), concluiu pela total incompatibilidade entre Vitor Buaiz e o PT, e considerava o governador excluído do Partido dos Trabalhadores. Colocadas em votação, e com a retirada da proposta de Cândido Vaccarezza que propunha mais uma Comissão de Acompanhamento (já tivemos várias nestes 2 anos e meio de governo), a proposta de Tarso Genro obteve 40 votos, contra os 20 dados à proposta da chapa Socialismo e Democracia.

Com a resolução aprovada, fundamentalmente com os votos da Unidade e Luta, era de se esperar que o governador imediatamente desse início a sua aplicação. Ledo engano; foram necessários mais de 30 dias para que a Coordenação de Governo realizasse sua primeira reunião. Somente houve agilidade, por parte do governo, para divulgar uma "Nota explicativa", tranquilizando a elite conservadora capixaba, que considerou, através de seus mais destacados representantes, um "absurdo" a "ingerência" do PT Nacional no governo capixaba.

Composta de forma paritária (governo, bancada de deputados, Executiva Estadual e Nacional) a Coordenação de Governo reuniu-se no dia 6 de junho, definindo uma pauta de debates que ataca os prin-

cipais problemas da relação extremamente conflituosa entre o governo Vitor Buaiz e o programa petista. Sem sombra de dúvida, a presença do presidente nacional do PT José Dirceu, foi importante para o início dos trabalhos. Agora, como disse a deputada estadual Brice Bragatto, "o desafio da Coordenação de Governo é produzir políticas, esperando que elas sejam acatadas por Vitor Buaiz".

GOVERNANDO COM AS ELITES

Em setembro de 1996, o governador Vitor Buaiz pronunciou o que vários de seus assessores consideraram o discurso mais importante de sua vida pública. Dando posse ao Conselho de Estado ("integrado por notórias personalidades capixabas", nas palavras do próprio governador), disse:

"Com a iniciativa de criar o Conselho de Estado, estamos rompendo com o isolamento ideológico-político-partidário que caracterizou os governos estaduais...";

"Buscamos constituir uma instância supe-

rior de consulta e formulação de alternativas estratégicas, onde os poderes e a sociedade definam os melhores rumos para o Estado, propiciando a governabilidade e pavimentando as relações entre os poderes e destes com a sociedade, para o bem da coletividade";

"...gostaria de dizer que o momento de criação do Conselho de Estado é o ápice de um processo de reforma do estado e construção da governabilidade".

"Colocamos em prática, então, aquela que é a própria essência da nossa visão de Estado: a proposta de governo compartilhado, voltado para a articulação de parcerias".

"Por ironia do destino, esta tarefa cai nas minhas mãos no momento em que correntes expressivas do meu partido, principalmente a do movimento sindical, não interpretaram devidamente as transformações ocorridas no mundo...";

Depois de tecer loas a nata empresarial capixaba, e a algumas figurinhas carimbadas nacionalmente, que são capixabas, o governador deu posse ao Conselho de Estado, "ápice de um processo de reformas e construção da governabilidade". Entre os mais conhecidos estão: Marcos Viana (ex-presidente do BNDES), Emrane Galvêas (ex-ministro da ditadura militar), Antônio Oliveira Santos (presidente da Confederação Nacional do Comércio), Otacílio Coser (dono da Coimex - maior importadora de carros de país), Helmut Meyerfreund (dono da Chocolates Garoto) etc.

Finalizando seu discurso, Vitor Buaiz convocou-os "...para a nossa primeira reunião de trabalho, em meu gabinete, para apresentar nosso programa de desestatização...".

UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS

1 A relação conflituosa de Vitor Buaiz com o PT e suas opções políticas que contrariam o programa partidário não é nova. Quando prefeito de Vitória (1989/1992), sua administração foi marcada por inúmeros embates com a direção petista da cidade e com a bancada de vereadores. Porém, com o município em excelente situação financeira, ele pode apresentar um quadro de melhora substancial na educação e saúde públicas e na base salarial dos servidores municipais.

O exemplo mais gritante desta relação conflituosa se deu na eleição para prefeito de Vitória, quando Vitor apoiou o candidato do PSDB, em detrimento do candidato do PT, João Carlos Coser.

No primeiro turno da eleição para governador, Vitor praticamente desconheceu

a candidatura Lula, que em queda nas pesquisas, era visto pelos seus principais assessores e conselheiros políticos como "estreito" e "companhia não agradável", para uma candidatura que tinha trânsito e apoios em todas as áreas políticas e empresariais de Estado.

2 Num esforço de ação unitária, e considerando a importância do PT ganhar o governo, estas questões foram relegadas. Uma Coordenação Política incluindo todas as correntes do PT capixaba dirigiu a campanha no segundo turno. Mesmo com as divergências sobre o pedido de apoio a FHC, a Coordenação Política manteve-se à frente do processo de composição do governo, garantindo que o eixo político no início do governo Vitor Buaiz fosse baseado nos dirigentes petistas e no programa do partido.

Apesar do discurso de "Governo de Colaboração", onde cabia todas as forças políticas do Estado; mesmo com a presença de um dirigente do PSDB à frente da Secretária da Fazenda; e mesmo com a excessiva centralização política, onde o núcleo dirigente do governo não era explícito para o conjunto do partido, a totalidade da esquerda do PT capixaba investiu e trabalhou para disputar as políticas e a aplicação do programa de governo.

3 A crise financeira e fiscal do Estado do Espírito Santo não é nova. Já nos dois últimos anos do governo Albuino Azevedo (PDT), os salários dos servidores sofreram seguidos atrasos, e a capacidade de investimento do Estado foi reduzida a zero.

A crise financeira do aparato estatal brasileiro, fruto das políticas de favorecimento aos grupos privados e da sua crescente privatização, são desafios a serem enfrentados pelos governos petistas nos seus vários níveis. No caso do Estado do Espírito Santo, o desafio maior centrava-se justamente em mostrar a capacidade de intervenção de nossa militância e aliados no rompimento de uma lógica estatal viciada. Afinal, junto com Brasília, que tem suas particularidades por ser Estado e Município ao mesmo tempo, o Espírito Santo é nossa primeira experiência de direção de um governo estadual.

Porém, frente aos enormes desafios, o governo Vitor Buaiz optou por subordinar toda a ação política ao tratamento mais "ortodoxo" da crise financeira. Rompendo com toda tradição petista, elegeu os servidores públicos como os responsáveis pela enorme crise do aparato estatal capixaba. A partir desta opção, a "denúncia do corporativismo", dos "privilégios", e da "necessidade de se promover a reforma do estado" tornou-se central em um governo eleito pelo PT, que deveria ter suas energias voltadas para a democratização do estado, a articulação permanente com os setores populares e democráticos da sociedade e o combate aos enormes privilégios, principalmente fiscais, da elite capixaba.

Sucumbindo ideologicamente ao neoliberalismo, abrindo mão de combater as políticas antidemocráticas de FHC e optando pela parceria com as elites capixabas, o governo pensava que o "preço pago" apresentaria retorno político. Mais uma vez, ledo engano. As migalhas recebidas dos empréstimos de FHC não tiraram os três meses de atraso da folha de pagamentos; a governabilidade com o conservador Tribunal de Justiça não propiciou a cobrança da imensa dívida ativa; e o discurso modernizante da reforma do estado, tão ao gosto dos donos dos meios de comuni-

Situação política e econômica do Espírito Santo

População	2.786.126
Eleitores	1.908.326
Deputados Federais	10
PT	01
Deputados Estaduais	30
PT	04
Governos Municipais	7
Prefeitos do PT	02
Vice-prefeitos do PT	05
Vereadores do PT	64

Arrecadação de ICMS/95

São Paulo (1º)	38,36%
Rio de Janeiro (2º)	9,94%
Espírito Santo (8º)	2,64%
Goiás (10º)	2,51%



cação, não reduziu as críticas ao governo paralisado. Na última pesquisa de opinião, feita por encomenda do próprio governo, 25% da população capixaba respondeu que o governo não prioriza nenhuma área. Somente 1,17% consideraram que o governo tem priorizado a educação, e para 5,33% a prioridade é a saúde. Vale registrar que outros 34,33% não sabem qual é a prioridade do governo.

PONTOS PARA MUDANÇA DE RUMO

Mesmo tendo sido derrotada em sua proposta de considerar o governador Vítor Buaiz excluído do PT, a bancada de deputados estaduais do partido lançou uma pauta com 11 pontos para ser debatida pela Coordenação de Governo, criada pela Resolução de 3 de maio.

1 Regulamentação dos Artigos 4º e 5º da Constituição Estadual que trata dos instrumentos de participação popular sobre as decisões do Estado, como plebiscitos, referendums etc. Um Projeto de Lei, apresentado pelos deputados petistas, foi aprovado pela Assembléia Legislativa, tendo sido vetado pelo governador Vítor.

2 Revisão e reorientação de todos os mecanismos de incentivos e renúncias fiscais, tornando-os instrumentos de uma política de desenvolvimento regional com geração de empregos e qualidade de vida. O Estado do Espírito Santo é um verdadeiro paraíso fiscal, sendo que nos dois primeiros anos do governo Vítor, o Estado emprestou a juros de 1% ao ano, sem correção monetária, e com prazo de pagamento de 25 anos, o equivalente a 56 e 57% de sua receita líquida de ICMS para pouco mais de 150 empresas, através de um único Fundo de Incentivo Fiscal. Para uma receita líquida de ICMS (responsável por 90% da arrecadação própria e 70% da receita total) em 1995 de 605 milhões, emprestou/doou 340 milhões. Em 1996, a generosidade com o setor empresarial foi ainda maior. Para uma receita líquida de ICMS de 643 milhões, doou/emprestou 365 milhões.

3 Revisão da Política de Segurança Pública, com a implementação de um Plano Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. O Espírito Santo é um dos estados mais violentos do país, com o crime organizado atuando livre e impunemente através de uma organização paramilitar chamada Escuderie Le Coque. Nenhuma ação concreta ainda foi desenvolvida pelo Executivo para desmontar a estrutura criminal existente dentro das próprias polícias.

4 Elaboração, aprovação e implementação da Lei Estadual de Concessões e Serviços Públicos, com base na experiência das bancadas do PT nos estados e na Câmara Federal. A palavra mais pronunciada pelo governo é privatização, numa clara subordinação aos projetos do governo FHC, como panacéia à grave crise fiscal e financeira, que o próprio governo se recusa a enfrentar.

5 Revisão e redirecionamento da Reforma do Estado, no sentido de sua democratização, com a imediata suspensão das privatizações/concessões em andamento, otimização e racionalização da estrutura administrativa e funcional do governo estadual. Estabelecimento de um novo patamar de relacionamento político com os servidores públicos e entidades representativas.

6 Implementação de uma Reforma Tributária Estadual de caráter abrangente para o combate à evasão fiscal, com medidas práticas de combate à sonegação e cobrança efetiva da dívida ativa estadual. Nos dois anos de governo Vítor Buaiz a receita do Estado não cresceu. Para uma inflação de 22% em 1995, o crescimento foi de 11%. Já em 1996, a inflação foi de 9,1% e a receita cresceu 8%. O mesmo procedimento acanhado e de conciliação com os sonegadores pode ser encontrado no tratamento da cobrança de dívida ativa, que é de R\$ 270 milhões. Em 1995 foram recebidos apenas R\$ 1,75 milhões e em 1996, recebeu-se R\$ 1,3 milhões.

7 Mudança na composição e no caráter do atual Conselho de Estado, garantindo-se a efetiva representação política das entidades do movimento social, que se constitui na verdadeira base de sustentação de um governo democrático e popular.

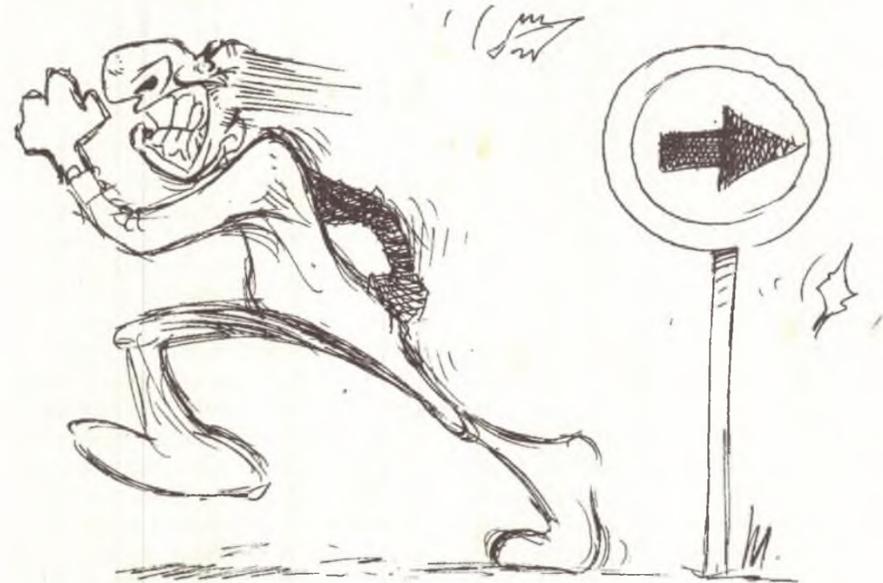
8 Revisão da atual política de "prefeiturização" da educação, que apenas transfere responsabilidades. O PT tem como proposta a democratização da educação pública, viabilizando todos os meios para assegurar aos capixabas uma escola pública de qualidade.

9 Política agrícola voltada para a reforma agrária, com apoio efetivo a assentamentos e pequenos produtores rurais, envolvendo discriminação das terras devolutas do Estado.

10 Implementação de uma política de desenvolvimento regionalizado, com aproveitamento efetivo das vocações econômicas naturais de cada região do Estado. Descentralização e regionalização dos investimentos públicos e privados, com a conseqüente revisão da composição e do papel da ADERES e reorientação dos investimentos apoiados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado.

11 Revisão da relação político-administrativa do Governo do Estado com a sua base de sustentação na Assembléia Legislativa, estabelecendo-se critérios claros e transparentes de governabilidade, que superem o clientelismo e o fisiologismo político. A governabilidade de um governo petista é pela nossa base social, os movimentos sociais e os setores democráticos e populares.

OTAVIANO DE CARVALHO É DEPUTADO ESTADUAL DO PT DO ESPÍRITO SANTO.



CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DE CAPA

OS DESAFIOS ATUAIS DO PT

A fragilização do partido tem se expressado também na diminuição da luta ideológica e da propaganda política no enfrentamento cotidiano das instituições do Estado capitalista.

No parlamento deixamos de apresentar uma alternativa sistemática à democracia representativa viciada. Ilegítima pela desproporcionalidade de representação cidadã, falsa por um Senado que é um baluarte do conservadorismo e não a expressão da federação e mantenedora de privilégios inaceitáveis como a aposentadoria especial dos congressistas com recursos orçamentários.

Se isso não bastasse, ainda somos expostos seguidamente por práticas que - se nos outros partidos fazem parte de suas vidas, de sua moral e ética partidárias - não podem estar presentes em nossa ação, como os pequenos favorecimentos, o uso da máquina pública e os privilégios pessoais.

As recentes denúncias sobre prefeituras petistas, ainda que careçam de fundamento em suas pretensas ilegalidades, são expostas a exaustão pela parcialidade da imprensa brasileira. Elas devem servir de lição para nós sobre o tamanho da disputa política e ideológica em curso.

UM PROGRAMA CONTRA O NEOCOLONIALISMO

Nosso próximo Encontro Nacional deve ser um momento privilegiado para recuperarmos e reconstruirmos essa coesão política e ideológica, não deixando dúvidas ou ambigüidades sobre nossas práticas governamentais.

É o espaço apropriado, também, para reasentarmos as bases da democracia participativa, substantiva, que queremos e pela qual devemos lutar nos parlamentos e administrações. Experiências concretas e realizações não nos faltam para sistematizarmos e teorizarmos isso como expressão da vontade partidária.

Para alcançarmos essa tarefa coesivadora, a melhor materialização na conjuntura é apontarmos para a sociedade uma candidatura própria que catalize o campo democrático-popular no confronto com FHC e seus aliados, como corretamente indicamos no último Encontro Nacional e infelizmente não concretizamos em várias disputas de 1996.

Para isso devemos afastar as teses que insistem em privilegiar a relação com um

centro político-partidário, a ser disputado no confronto com FHC.

É nossa capacidade de aglutinar o campo democrático-popular que será decisiva para atrairmos setores médios da sociedade para o nosso projeto. Nossa oposição cristalina ao neocolonialismo vigente é que atrairá a grande maioria da pequena e média produção da cidade e do campo para nosso projeto. Um programa democrático, participativo, voltado para as reformas estruturais, para a geração de emprego e a distribuição de renda, a defesa do patrimônio público e da soberania nacional no enfrentamento aos grandes instrumentos do capital que hoje impõem sua lógica - como o FMI, a OMC e o projeto da ALCA, instituições onde a soberania popular não tem vez, nem voto, mas apenas é vítima de determinações imperiais.

VISÃO DE ESTADO E DEMOCRACIA

Além das grandes tarefas já apontadas no programa de 1994, que permanecem atuais, urge que o PT torne nítida para o país sua visão de Estado e da democracia participativa que defendemos. A proporcionalidade plena para todo o país, o controle e a revogabilidade dos mandatos, uma única Câmara que represente a soberania popular, um novo federalismo, o controle público e democrático sobre os meios de comunicação, uma radical modificação na distribuição dos tributos e uma profunda inversão dos impostos baseada na progressividade e nos tributos diretos são alguns elementos programáticos para uma ação coesa e nacional do partido.

A candidatura própria, a defesa clara desse programa contra o neocolonialismo, a recomposição da Frente Popular são os passos imediatos e necessários para retomarmos a ofensiva política. Potencialmente, estarão conosco os assalariados, os desempregados, os sem terra, os sem teto, os servidores públicos, os pequenos da produção e dos serviços, enfim, a maioria da população.

Esta, no entanto, não será galvanizada sem a esperança e a utopia da mudança e, muito menos, com um partido que corre o risco de pasteurização no eleitoralismo e no pragmatismo dos partidos da ordem.

RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE.

PARA MUITOS BIÓGRAFOS, CHE ERA APENAS UM LÍDER GUERRILHEIRO OU UM PRODUTO DA CULTURA DE MASSA. ELES OCULTAM, DESSA FORMA, SUA GRANDE CONTRIBUIÇÃO PARA A RENOVAÇÃO DO MARXISMO EM NOSSO SÉCULO

JOSÉ CORRÊA LEITE



Toda a esquerda latino-americana atual, inclusive a brasileira, é herdeira de Che Guevara. Porque a luta por justiça social e um projeto de mudanças radicais em nossa sociedade e o esforço de constituição de um marxismo anti-economicista e antidogmático, não podem deixar de reivindicar idéias e o legado do Che.

A vitória da revolução cubana, da qual Che foi o primeiro e mais importante teórico, abriu um novo período na história da América Latina. Seu transcrescimento em direção ao socialismo, em 1960/1, foi um exemplo concreto da possibilidade de um caminho não-capitalista, socialista, para as sociedades da região. Foi no prolongamento daquele período revolucionário que tivemos, no final dos anos 70, o reavivar da revolução centro-americana e a vitória sandinista - um elemento central do contexto em que o próprio PT nasceu. E nenhum destes processos seria compreensível sem que se processasse a ruptura com a hegemonia dos PCs estalinizados e com o marxismo mecanicista que eles difundiam, para o que o Che deu uma contribuição insubstituível. É a compreensão que Che tinha do marxismo que vamos discutir aqui.

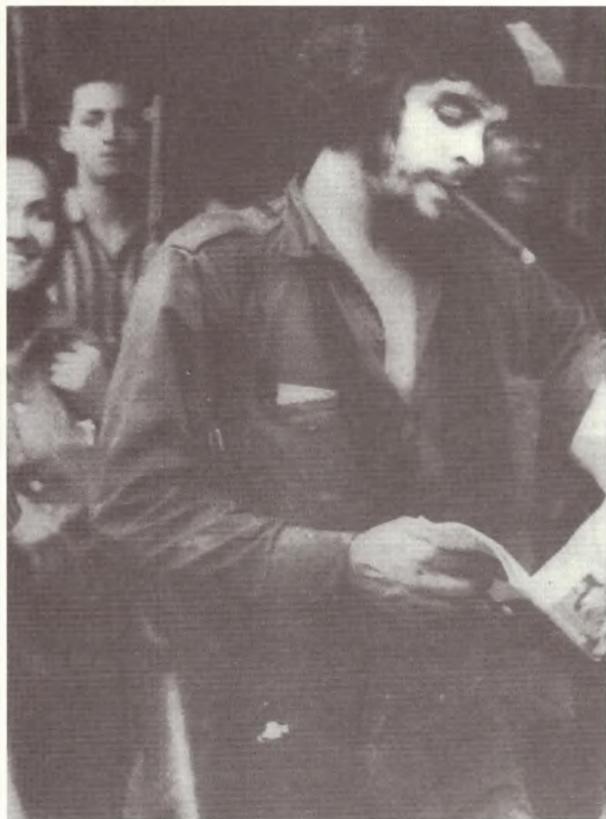
INSERIR CHE NA HISTÓRIA

Temos necessidade de inserir o Che na história, mas na sua história, que é também a história da esquerda em nosso continente. Porque hoje muitos biógrafos reduzem o homem à condição de suporte do mito. A preocupação destes autores deixa de ser compreender sua atividade política e intelectual para entender como o dirigente guerrilheiro e o teórico marxista tornou-se personagem do musical *Evita* e teve seus ícones estampados em todo tipo de produtos de consumo.

A recente biografia do Che de autoria de Jorge Castañeda, *La vida en rojo* (Buenos Aires: Espasa, 1997), empreende esta mistificação: conclui reduzindo Che Guevara a "um homem cujas idéias políticas eram convencionais", mas que as circunstâncias de sua morte transformaram no "emblema supremo da revolta cultural" dos anos 60. O deslocamento do Che da política para a cultura - afirmando que "durante os anos sessenta convergiram cultura e política, mas a cultura perdeu e a política não" - expressa a posição política de Castañeda, a negação de qualquer possibilidade de ruptura com o capitalismo no mundo de hoje, mas nada esclarece sobre Che como personagem da história e seu impacto no terreno onde atuou.

É inserindo, pois, Ernesto Guevara na

CHE: UM MARXISMO CONTRA OS DOGMAS



Che em novembro de 1958

esquerda latino-americana que podemos compreendê-lo. E ver que existiam raízes, nesta história, para as posições políticas e para o marxismo de que Che se tornaria o principal expoente. Existiu em nosso continente, nos anos 20, um primeiro comunismo de caráter popular e revolucionário que formulou uma perspectiva muito distinta daquela antes vigente no marxismo positivista da Segunda Internacional e depois predominante no período estalinista. É claro que não há uma continuidade política e ideológica direta entre o pensamento de José Carlos Mariátegui (1894-1930) e do cubano Julio Antonio Mella (1903-1929), ou a experiência da revolução de Salvador de 1932, dirigida por Farabundo Martí, e o novo período da luta revolucionária e do marxismo aberto em 1959. O que predominou foi um processo de recepção do marxismo na América Latina - apesar das promessas deste primeiro comunismo revolucionário destruído pelo estalinismo - que Leandro Konder chamou, analisando o caso brasileiro, de "a derrota da dialética".

Mas isso só amplia o alcance da obra do Guevara - que tem que ser medido também pelas dificuldades do terreno onde atuou e a profundidade da ruptura que ele representou.

MARXISMO CRIATIVO

Trinta anos após a morte de Ernesto Guevara, podemos avaliar seu lugar na trajetória do movimento socialista da América Latina, não apenas como dirigente revolucionário mas também como pensador marxista. Porque ele surge, nas palavras de Enrique Dussel, como o "mais significativo teórico marxista da história do continente". Ernesto Guevara, ao contrário de seus companheiros e companheiras do Exército

PARA GUEVARA, O MARXISMO É
TEORIA E PRÁTICA DA
AUTOLIBERTAÇÃO DOS SERES
HUMANOS, ONDE ELE DESTACA
O HUMANISMO REVOLUCIONÁRIO
DO NOVO HOMEM E A LIBERDADE
COMO SUPERAÇÃO DAS ALIENAÇÕES.

Rebelde, já tinha uma formação marxista importante antes de se encontrar com Fidel Castro no México e embarcar com os exilados do Movimento 26 de Julho para Cuba. Seu conhecimento prático da miséria e da opressão das populações do continente e sua atividade como médico, de um lado, e sua experiência política na Guatemala em 1954 (quando o governo reformista de Arbenz foi derrubado por mercenários organizados pelos Estados Unidos), de outro, levaram Guevara a consolidar uma visão política revolucionária. Ela lhe permitiu, à luz da sua participação na revolução cubana, uma releitura do marxismo bastante distante do "marxismo-leninismo-estalinismo" dos PCs. Este marxismo antidogmático e antieconomicista é, na trilha de Mariátegui, uma teoria da ação revolucionária. A revolução tem como centro a construção de um novo homem, a sua emancipação de todas as formas de exploração, opressão e alienação.

Che Guevara concebia o marxismo de forma antidogmática, criativa, enfrentando os novos problemas sem a camisa de força de um sistema de verdade universal (que teria que ser defendido contra as inovações) - como ele destacava, por exemplo, a propósito das condições históricas novas da transição ao socialismo a partir do subdesenvolvimento. Esta crítica de cons-

marxismo deveria, para ele, ser aplicado não só na análise do capitalismo, mas também na crítica e auto-crítica do processo de construção do socialismo, na discussão pública dos erros da própria esquerda - o que, além de constituir uma premissa democrática fundamental, também lhe ofereceu uma compreensão aguda do problema da burocratização.

HUMANISMO REVOLUCIONÁRIO

A visão de mundo de Guevara tinha um fundamento ético: a realidade de exclusão e sofrimento dos povos da América Latina e do Terceiro Mundo. Ela definia a subjetividade do revolucionário, o primeiro "homem novo", que constrói a teoria a partir da sua prática transformadora. Partindo da idéia de que o marxismo é a teoria e a prática da autolibertação dos seres humanos, Guevara enfatizava também o humanismo revolucionário do novo homem, o comunismo como um programa humanista a ser conscientemente atingido e a liberdade como a superação das alienações.

A história humana é, para ele, um processo de autolibertação, em que a subjetivação dos seres humanos, a modificação da consciência dos indivíduos, a sua própria humanização, possibilita o comunismo. O marxismo é a ligação entre teoria e prática da autolibertação. Che dizia, comentando um trecho dos *Manuscritos de 1844*, de Marx: "a palavra consciência está sublinhada por a considerar básica na colocação do problema; Marx pensava na libertação do homem e via o comunismo como a solução das contradições que produzem sua alienação, mas um ato consciente... o homem é o agente consciente da história. Sem esta consciência, que engloba a do seu ser social, não pode haver comunismo" (*O sistema orçamentário de financiamento*, de 1964).

A educação entendida como esclarecimento e auto-educação, propiciada pela atividade social prática deslançada pela revolução, é central na formação da nova consciência. "Para construir o comunismo, é preciso, juntamente com a base material, criar o novo homem... Mas o processo é consciente; o indivíduo recebe continuamente o impacto do novo poder social e percebe que não está completamente adequado a ele. Sob o influxo da pressão, que supõe a educação indireta, tenta acomodar-se a uma situação que ele sente justa e cuja própria falta de desenvolvimento o impede de fazer até agora. Auto-educar-se. Neste período da construção do socialismo, podemos ver o homem novo que vai nascendo. A sua imagem não está, contudo, acabada, não o poderia estar nunca, já que o processo avança paralelamente ao desenvolvimento de novas formas econômicas" (*O socialismo e o novo homem em Cuba*, de 1965).

SÍNTESE ENTRE ÉTICA E CIÊNCIA

Este momento da constituição do novo homem tem uma dimensão ética, fundamentalmente prática, mas é também a formação técnica e científica, retomando uma tradição do marxismo na Argentina, de Ingenieros e Anibal Ponce, que concebia "o socialismo como resultado de uma contínua cooperação entre ética e ciência". O pensamento pós-moderno criticou a idéia de sujeito consciente. Mas esta crítica pode somente aprofundar a compreensão das dificuldades de sua constituição, não eliminar o objetivo. Foi o que compreendeu Foucault que, depois de sustentar nos anos 60 a "morte do homem", terminou sua vida afirmando na necessidade de cons-

tuição de um *sujeito moral* que construisse uma vida que valeria a pena ser vivida.

As críticas contundentes de Che à tese da "correspondência necessária entre forças produtivas e relações de produção", a utilização dos estímulos materiais na transição ao socialismo e à planificação burocrática vigente na União Soviética, sustentada no debate econômico de 1963/4, quando estava à frente do Ministério da Indústria de Cuba, foram então consideradas por boa parte da esquerda como uma visão voluntarista da organização da economia pós-capitalista. A história, porém, deu razão a Che: suas teses ganham uma nova atualidade à luz do colapso do estalinismo e de seu produtivismo burocrático.

Mas não só isso. Numa época de mitificação do *homo economicus* como a verdadeira natureza humana e de apologia da desigualdade pelo credo neoliberal, a defesa do "enquadramento" da técnica e das forças produtivas pelas opções estabelecidas a partir do debate consciente das necessidades humanas, bem como da cooperação entre ética e ciência, sustentados por Che, constituem a única via defensável (mais urgente do que nunca) para uma reorganização socialista da sociedade.

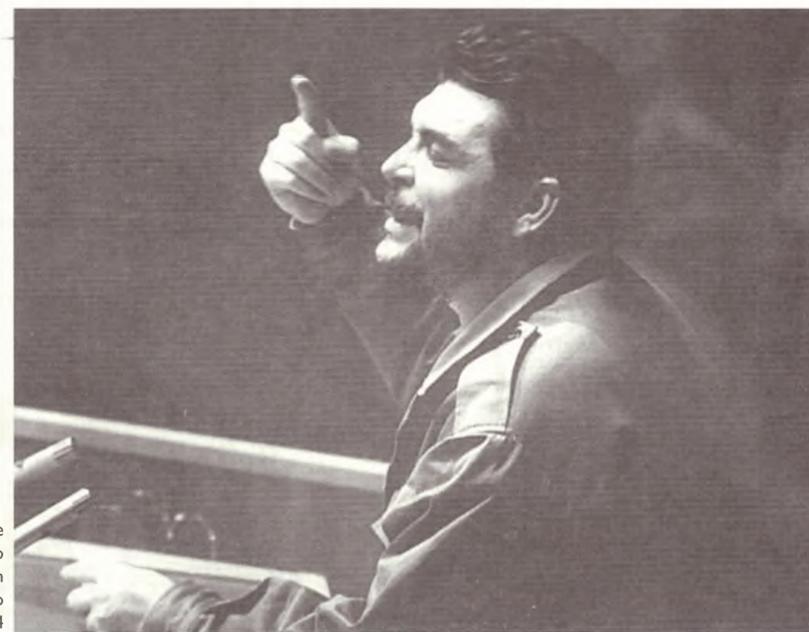
Assim, tem razão Raul Fomet-Betancourt, quando afirma que "a visão de Guevara, de um novo homem, é interpretada mais corretamente quando ela não é explicada como a recaída na tradição das utopias acrílicas, mas, antes, como programa para a realização de uma síntese apoiada socialmente, de ética e ciência. Ele mesmo corroborou esta interpretação, escrevendo: 'O caminho é longo e em parte desconhecido; conhecemos as nossas limitações. Produziremos o homem do século XXI: nós mesmos. Forjar-nos-emos na ação cotidiana, criando um novo homem com uma nova técnica'".

REVOLUÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONAL

Os aspectos filosóficos do marxismo de Che não podem ser separados de suas concepções políticas. A revolução cubana e as idéias que ela difundiu produziram um enorme deslocamento nas relações de força na região e uma recomposição do movimento socialista, em que o objetivo revolucionário voltava a ocupar o lugar central - "o dever de todo revolucionário é fazer a revolução", afirmou Guevara em uma de suas frases mais conhecidas. Nesta recomposição, novas referências ocupavam o lugar dos compromissos, das manobras e da coexistência pacífica.

Ainda em 1959, em *América, vista do mirante afro-asiático*, Guevara escrevia: "A partir da nova perspectiva do meu mirante, aprendo também a valorizar isso de que fui co-participante... Daqui posso valorizar o gesto infantil, porque ingênuo e espontâneo, do homem longínquo que acaricia minha barba, perguntando em língua estranha: 'Fidel Castro?', acrescentando: 'São vocês, membros do Exército Guerrilheiro, que estão encabeçando a luta pela libertação da América? São, então, nossos aliados do outro lado do mar?' E tenho de responder a ele e a todas as centenas de milhares de afro-asiáticos que como ele marcham para a liberdade, nestes novos e inseguros tempos atômicos, que sim, mais ainda: que sou outro irmão, outro entre a multidão de irmãos desta parte do mundo que espera com ansiedade infinita o momento de consolidar o bloco que destrua, de uma vez e para sempre, a presença anacrônica da dominação colonial".

Depois da crise dos mísseis, em 1962, Guevara torna-se cada vez mais crítico ao papel da URSS e do campo socialista e valo-



Che discursando na ONU em dezembro de 1964

riza cada vez mais as lutas revolucionárias, em particular a do Vietnã. Esta ênfase se acentuará até a sua *Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental*, em 1967, quando escreve: "como poderíamos contemplar o futuro como luminoso e próximo, se dois, três, muitos Vietnãs florescessem na superfície do globo".

COERÊNCIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Che destacava também o caráter socialista da revolução na América Latina, que deveria derrubar ao mesmo tempo a classe dominante local e o imperialismo. Contra a visão economicista do marxismo, Guevara privilegia a dinâmica política e afirma: "as burguesias nacionais já não são em absoluto capazes de se opor ao imperialismo - se é que algum dia o foram - e formam agora seu quintal. Já não há outras mudanças por fazer: ou revolução socialista ou caricatura da revolução". O enfrentamento armado surge aí como condição necessária para esta revolução socialista, que exige a destruição do aparato militar



MUDANÇAS PROFUNDAS NA ÁFRICA

A vitória de Laurent Désiré-Kabila na luta contra a ditadura Mobutu no Zaire - que agora volta a se chamar Congo - construiu a maior derrota do imperialismo francês na África desde a independência da Argélia em 1963, além de também golpear profundamente os interesses belgas na região. Os governos Mitterrand e Chirac apoiaram e apoiaram regimes ditatoriais em todo o continente, inclusive o do general Habayarimana em Ruanda, responsável pelo terceiro maior genocídio do século XX. Mas a derrota sofreram com sua derrocada não tem comparação com o que representa a perda do

burguês. A estratégia preconizada por Che para a conquista do poder no Continente era a guerra de guerrilha rural, apoiada pelas massas camponesas, um dos aspectos mais questionáveis de suas formulações, demasiado marcado pela generalização das características específicas da experiência da revolução cubana.

Guevara teorizava a prática da revolução cubana, mas se confrontava com um movimento comunista extremamente hostil à revolução em quase todos os países do continente. Mesmo em Cuba, Guevara foi alvo das críticas de Anibal Escalante, que o apresentava como "um dos adversários mais resolutos da política soviética". Assim, a caracterização da revolução na América Latina como socialista teve um papel central para constituir o programa que agruparia uma corrente socialista revolucionária na esquerda do continente, formada principalmente por rupturas dos PCs tradicionais e da juventude de alguns partidos populistas e católicos. Como afirma a resolução do Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Havana, em 1967, "o caráter da revolução é o da luta pela independência

Congo, um dos maiores e potencialmente mais ricos países da África.

A conquista de Kinshasa por Kabila é a culminância de um enorme realinhamento no continente. Um de seus marcos foi o fim do regime do *apartheid* e o estabelecimento do governo Mandela na África do Sul, que já alterou a situação em Angola e principalmente em Moçambique e na Namíbia. Outro foi a derrocada dos regimes neocoloniais na região

dos Grandes Lagos por movimentos anti-imperialistas já antigos - em primeiro lugar a vitória de Museveni em Uganda, que ofereceu a retaguarda para os demais movimentos, depois a da FPR em Ruanda, o apoio que articularam no Burundi e na Tanzânia e agora a vitória da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo de Kabila (que retira o último ponto de apoio da Unita, de Jonas Savimbi, que ainda atuava em Angola).

É uma ironia da história que a frente deste processo final estivesse o mesmo guerrilheiro com quem Che Guevara lutou no Congo em 1965, nas difíceis condições que só agora estão

vindo à luz. Kabila teve o mérito de ter mantido, ao longo destes anos, um movimento político-militar de oposição à ditadura de Mobutu que foi capaz de catalizar a sua crise. Se num primeiro momento a Aliança conheceu grandes avanços em Goma e Bukavu graças ao apoio direto de Uganda e do novo governo de Ruanda, na medida em que avançava pelo Zaire as forças de Kabila catalizavam uma revolta geral contra Mobutu e seu regime em decomposição e as aspirações democráticas do país.

Os Estados Unidos e os grupos capitalistas na África do Sul (que cobijam particularmente as minas da província de Shaba) souberam se posicionar bem na nova situação, afastando-se rapidamente de Mobutu (diferente dos franceses, que o apoiaram até o fim) e exerceram um papel importante no próximo período, no Congo e na região. Mas a Aliança de Kabila não pode ser considerada, segundo as informações disponíveis, um joguete dos Estados Unidos.

Mesmo tendo em conta que a dinâmica política no continente continua sendo, em grande medida, dependente das contradições inter-imperialistas, a região dos Grandes Lagos e do sul do continente tem agora uma chance (que pode ou não ser aproveitada) de superar os morticínios cujas raízes estavam na manutenção de regimes títeres das metrópoles européias e iniciar a luta pelo desenvolvimento econômico e social de seus povos.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO.

UNIÃO DOS POVOS X LIVRE COMÉRCIO

OS ACORDOS DE LIVRE-COMÉRCIO SÃO PROFUNDAMENTE ANTI-DEMOCRÁTICOS, EM CONSONÂNCIA COM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS APLICADAS PELOS GOVERNOS DO CONTINENTE

RAFAEL FREIRE



COMUNICAÇÃO NA ANÁLISE DO MOVIMENTO DA ONDA EXTERNA

frentando o desafio de unificar na mesma perspectiva internacionalista uma grande diversidade de interesses específicos, cortes ideológicos, culturas etc.

Esse processo deve conduzir à construção de uma pauta mínima conjunta que mobilize os setores populares e se contraponha ao modelo de integração comercial em andamento. A participação em fóruns institucionais deve estar subordinada a uma estratégia mais ampla. O centro deve estar na articulação concreta dos movimentos e das lutas pelas reivindicações conjuntas.

O questionamento do caráter anti-democrático e a exigência de um amplo debate e de submeter a decisão a um plebiscito popular fazem parte dessa perspectiva de unificação continental. O repúdio à exclusão de Cuba das negociações e ao bloqueio norte-americano a esse país são também parte dessa pauta política.

A manifestação de BH foi precedida pelo Fórum de Trabalhadores, organizado pela Organização Regional Interamericana de Trabalhadores / Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres com centrais filiadas e convidadas, e pelo Fórum Nossa América, incorporando outros movimentos e partidos do campo popular. O Fórum de Trabalhadores, apesar de sua composição heterogênea, posicionou-se contra a ALCA, ainda que na fala de alguns dirigentes apareça como principal reivindicação a criação de um espaço institucional consultivo em que participe o movimento sindical do continente.

O resultado desses esforços organizativos foi, além de uma primeira mobilização combativa e de massas, inédita no enfrentamento de um tema de política internacional, ter selado uma relação entre movimentos sindicais, populares, indígenas, de direitos humanos, ONGs e outros.

Na agenda institucional, o próximo passo é uma reunião de presidentes dos 34 países em março do ano que vem no Chile. Uma nova manifestação unitária e continental já está sendo preparada pelas organizações presentes em BH.

Mas para além dessa agenda há outra, a da "ALCA que já está em curso" sem esperar pelas negociações. Para responder a ela devemos e podemos iniciar imediatamente ações de articulação de lutas comuns entre estas organizações.

RAFAEL FREIRE É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

Cerca de dez mil pessoas participaram de manifestações contra as deliberações da III reunião de ministros responsáveis de 34 países para a Área de Livre Comércio (ALCA), realizada em Belo Horizonte (MG) no passado 15 de maio.

A ALCA é parte de uma ofensiva do governo dos EUA que visa, através de "acordos de livre comércio", reforçar os laços de dependência dos países da região com sua economia. Que os setores populares tenham se manifestado de forma combativa e massiva em BH reveste-se assim de grande importância.

AUSÊNCIA DE DEMOCRACIA

Um processo de integração de mercados entre países dependentes com dois países imperialistas (EUA e Canadá) trará consequências dramáticas para nossas economias e reforçará a pressão para liquidar direitos sociais e trabalhistas em prol da redução dos "custos" em cada país.

Um processo desse porte deve ser submetido à deliberação dos povos em cada país, através de plebiscitos precedidos de amplo debate público. Mas a ALCA vem sendo discutida, desde 1995, apenas pelos governos do continente, com consultas somente às organizações empresariais.

Não é, pois, surpreende que pesquisas mostrem que 98% das pessoas no Brasil não sabem o que é a ALCA.

O primeiro traço efetivo da ALCA é o de ser um processo profundamente anti-democrático, em consonância com as políticas neoliberais que aplicam os governos que participam dessas negociações.

Na preparação da reunião de BH o governo brasileiro manifestou, em nome dos países do Mercosul, desacordo com o ritmo de implementação da ALCA. Enquanto Brasil defende que o acordo seja aplicado a partir de 2.005, os EUA querem a implementação imediata dos acordos em negociação. Mas, mesmo o problema do "ritmo" sendo importante, o principal é o conteúdo do que está sendo negociado, seus impactos, a estratégia de comércio exterior do país etc.

Entre Mercosul e ALCA há elementos similares, como seu caráter antidemocrático e sua arquitetura colada nos interesses dos grandes grupos econômicos. No entanto, o Mercosul é uma integração entre países dependentes (mesmo que heterogêneos entre si). Conta com espaços de consulta aos trabalhadores, ainda que consolidados. E se propõe a ser mais do que simplesmente um "acordo comercial" - processo truncado pela orientação dos governos.

Essas diferenças devem-se, entre outros fatores, ao peso que têm as esquerdas par-

tidárias e sindicais nos países do Mercosul. Em Brasil e Uruguai, partidos de esquerda são alternativas de governo. Neles e no Paraguai centrais sindicais de esquerda hegemônicas o movimento sindical. Mesmo na Argentina, na crise do peronismo-memista surgiu com força uma central sindical combativa e criou-se um forte campo de oposição de centro-esquerda.

É esse peso das esquerdas na região que cria bases políticas reais para discutir uma "outra integração" - tema que no campo partidário está muito atrasado.

No passado 17 de dezembro, por ocasião da reunião dos presidentes dos países do Mercosul em Fortaleza houve manifestações organizadas pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, da qual a CUT faz parte, como parte do Dia Internacional de Luta pelos Direitos dos Trabalhadores no Mercosul. O ato em Fortaleza teve uma expressiva participação e abriu caminho para o de BH.

A ESQUERDA E A ALCA

A intervenção da esquerda no processo da ALCA deve levar em conta que no plano regional nosso objetivo estratégico é a construção efetiva da "União dos povos das Américas". Para tanto, o primeiro elemento que enfatizamos é a articulação entre os diversos movimentos sociais dos países envolvidos, en-

A CUT EM TRANSIÇÃO

A PREPARAÇÃO DO 7º CONGRESSO DA CUT ACIRRA O DEBATE DA ESTRATÉGIA E DO PROGRAMA PARA O MOVIMENTO SINDICAL

MARIA CONSOLAÇÃO DA ROCHA

A CUT atravessa uma fase marcada pelo declínio da maioria que domina sua direção nacional desde a fundação em 1983, mesmo sem que se tenha ainda desenhado uma direção alternativa. Não se trata de um problema meramente quantitativo, de número de delegados ou de vitórias em eleições sin-

dicais, ainda que o problema se expresse nesse terreno. Ele é essencialmente político, de estratégia e de programa, e encontra-se retratado no "Texto base da Direção Nacional", tese da Articulação Sindical para o Concut.

Entre muitos aspectos que poderiam ser discutidos, concentremo-nos em dois:

QUAL ESTRATÉGIA?

A aplicação do programa neoliberal no Brasil jogou o movimento sindical cutista num impasse prolongado. O debate sobre estratégia foi aberto já na 4ª Plenária Nacional de 1990 quando a Articulação Sindical apresentou documentos políticos que causaram grande polêmica e foram retirados. Retrospectivamente, podemos avaliar que os dois grandes eixos de polêmicas eram (são) qual caracterização das mudanças introduzidas pelo capital e qual a postura que o movimento sindical deveria assumir.

A Articulação Sindical acertava ao enfatizar as "novidades" trazidas pela ofensiva neoliberal e errava ao avaliar o fôlego que o novo programa da burguesia teria. Conside-



CONSOLAÇÃO ROCHA

rava (erroneamente) que tal programa fazia parte de uma nova fase de crescimento do capitalismo internacional e não, o que viria a se confirmar, que se tratava de uma tentativa de resposta do capital dentro da onda longa recessiva (daí tal política ter seu foco no ataque às conquistas dos trabalhadores).

Mas os maiores problemas estavam no "segundo eixo". A lição que a Articulação Sindical tirava de uma década de neolibe-

ralismo aplicado em outros países é que tal programa levava à perda de legitimidade do movimento sindical. A questão era, então: como manter/ganhar legitimidade na era neoliberal?

A primeira resposta foi a tentativa de negociar com o governo Collor logo no primeiro ano. O grau de legitimidade da Central passou a ser medido pela presença da CUT na mídia, assim como pelo número

PERIGO NAS CONTAS EXTERNAS

O déficit na balança comercial cresceu rapidamente nos primeiros meses deste ano. Entre janeiro e abril, o Brasil acumulou um déficit de US\$ 4 bilhões, com média mensal de US\$ 1 bilhão. Em 96 a média nos quatro primeiros meses do ano foi de US\$ 64 milhões negativos.

Em maio, o déficit comercial caiu para US\$ 271 milhões, basicamente pelo crescimento das exportações agrícolas. Contudo, nem mesmo o governo considerou que este resultado significa uma mudança de tendência.

RESULTADO DA BALANÇA COMERCIAL DÉFICITS (-) E SUPERÁVITS EM US\$ MILHÕES

janeiro	35	-405
fevereiro	-22	-1.618
março	-465	-1.026
abril	198	-951
maio	269	-271
janeiro/maio	15	-4.271

Fonte: Gazeta Mercantil, 4/6

O déficit comercial acumulado até maio equivale a quase 80% do déficit de todo o ano de 1996. O impacto destes resultados comerciais negativos nas transações correntes (que inclui a conta de "serviços" - remessa de lucros e pagamento de juros -, tradicionalmente deficitária) foi grande, fazendo recuar as reservas internacionais. Em maio elas se recuperaram principalmente devido à privatização da Vale.

DÉFICIT DE US\$ 33 BILHÕES

Diversas previsões apontam para um déficit comercial de 1997 entre US\$ 11 e 12 bilhões. Em 1996 o déficit na balança de serviços foi de US\$ 21,7 bilhões; em 1997 este montante deve aumentar, em particular pelo pagamento de juros e remessa de lucros. Assim é provável que as necessidades de financiamento do déficit em transações correntes sejam de, no mínimo, US\$ 33 bilhões.

O que financia este déficit é a entrada de capitais com caráter de investimento ou de empréstimo. E, na insuficiência destes, as reservas internacionais.

Os dados parciais de ingresso de ca-

pital externo a título de investimento indicam até agora um montante de US\$ 5,9 bilhões em 1997 e uma estimativa linear de US\$ 14,3 bilhões para o ano, valor possivelmente superestimado em US\$ 2 bilhões, porque inclui a entrada de capital da privatização da Vale. A médio prazo, no entanto, a entrada de investimentos passa a ter implicações fortes na remessa de lucros, pressionando o déficit de serviços.

Assim, pelo menos US\$ 21 bilhões ainda teriam que ser cobertos. Ocorre que este valor deve ser acrescido das amortizações, que em 1996 foram de US\$ 14,4 bilhões, e que devem aumentar este ano. Teríamos então um montante de pelo menos US\$ 35 bilhões a ser financiados pela via de empréstimos, o que significa uma elevação de 30% em relação ao ano passado. Caso contrário

as reservas seriam reduzidas. E uma redução mais significativa nas reservas pode ser vista como sinal de maior fragilidade nas contas externas e, portanto, significar risco de saída de capitais. Não tem havido até agora, no entanto, maiores dificuldades para aumentar o endividamento externo por parte de bancos, empresas privadas e o governo federal. O problema é que uma política de endividamento externo tem seu preço cobrado a curto prazo, com o crescimento dos juros pagos, e portanto com novas e crescentes necessidades de financiamento. Em 1994, por exemplo, foram pagos US\$ 6,3 bilhões e em 1996 US\$ 9,8, um crescimento de mais de 50%.

Neste contexto as privatizações, especialmente aquelas com desnacionalização, ou seja, as que envolvem as grandes estatais do setor energético e de telecomunicações, passam a ser um elemento decisivo de administração deste "equilíbrio frágil" (expressão da conservadora *Conjuntura Econômica*). Elas seriam o instrumento para prolongar a estabilização baseada na defasagem cambial, evitando um crescimento descontrolado do endividamento externo.

A simples redução do crescimento não tem sido suficiente para conter os déficits. Estima-se para este ano um crescimento de no máximo 4%. E uma redução mais forte desta taxa ou uma recessão pode ter implicações graves às vésperas de um ano de disputa presidencial. Um conjunto de medidas para conter as importações (como as res-

OS PROBLEMAS QUE SE ACUMULAM NAS CONTAS EXTERNAS PODEM COMPROMETER A MANUTENÇÃO DO "EQUILÍBRIO FRÁGIL" POR UM PRAZO MAIS LONGO

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

trições parciais ao financiamento de curto prazo e ao uso do cartão de crédito) e incentivar as exportações (como a ampliação dos financiamentos e a retirada do ICMS) têm se mostrado também bastante insuficiente para alterar o déficit das transações correntes. A defasagem cambial continua intocável, como uma componente rígida da estabilização e das relações com o capital externo.

Assim, à medida que cresce o endividamento externo, uma correção cambial passa a se constituir em ameaça aos interesses baseados na tomada de empréstimos e nas aplicações financeiras externas de curto prazo. Mas a defasagem em relação ao yen já alcança 45,5%, em relação ao conjunto de moedas da Comunidade Européia 17% e em relação ao dólar 10%.

Este quadro mostra que a evolução da economia brasileira está crescentemente condicionada pela evolução das contas externas. E se estas, no curto prazo, vêm sendo administradas, a acumulação de novos problemas pode comprometer a manutenção do "equilíbrio frágil" por prazo mais longo.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É ECONOMISTA.



de cadeiras que ostentava na sua participação em foruns institucionais. A preocupação estava em que "os outros" (governos, empresários) vissem na direção da CUT um "interlocutor" necessário.

Essa postura só era possível porque vinha acompanhada por uma redução do programa político do movimento sindical combativo - que refletia também a "crise do socialismo" pós-queda do Muro de Berlim.

Tal visão não foi aplicada de forma linear porque a conjuntura política sofreu dramáticas alterações: a crise do governo Collor e depois a ascensão da candidatura Lula. Ambas refletiam fragilidades políticas do projeto neoliberal no Brasil, num momento que vários países imperialistas mergulhavam na recessão. A conjuntura estava educando a direção cutista no sentido de que existia espaço para uma atitude mais ofensiva (que não veio com facilidade, haja visto a recusa da Articulação Sindical em assumir o "Fora Collor!" na 5ª Plenária Nacional já no segundo semestre de 1992!).

A vitória de FHC, a consolidação do Plano Real e o desempenho político do novo governo no Congresso Nacional e junto a mídia, fizeram com que os antigos fantasmas da perda de legitimidade assolassem as direções sindicais. Reforçavam esses medos a posição de FHC de desfazer/enfraquecer foruns institucionais constituídos sob Collor

ou Itamar, acusados de atrapalhar o funcionamento do livre mercado.

É nesse "novo contexto" que se dá a negociação da previdência em começo de 1996. A experiência acaba em tragédia: a CUT implode o campo de oposição ao governo, aparece ao lado de FHC criticando o PT e os partidos de oposição. Dizendo estar negociando na verdade se colocou dentro da agenda do governo, legitimando-a.

No temário do Concut há toda uma parte dedicada ao "Balanço político" da atuação da Central. Na tese da Articulação Sindical não se poderá encontrar uma linha sequer de autocrítica, mesmo que em amplos setores de sua base sindical e de seus aliados no PT (a "Unidade na Luta") se veja esta ausência com boa dose de vergonha. Ao contrário, na parte de "Estratégia" veremos que tal postura reaparece sob a denominação de "resistência positiva" proposta como "a estratégia" da CUT.

Nos dois meses que finalizaram no dia 17 de abril passado o MST deu uma aula prática de estratégia. Ao contrário do que propõe a Articulação Sindical para a CUT o MST não dilui seu perfil político-ideológico. Não vê na negociação, mas na organização e mobilização, a fonte de sua legitimidade. O MST ganhou a primeira página dos jornais por várias semanas e o apoio de largos setores, inclusive de classe média, mas isso não

foi uma contradição para sua estratégia de "Ocupar, Resistir, Produzir"!

QUAL ORGANIZAÇÃO SINDICAL?

Entre as polêmicas mais anunciadas do 6º Concut está a da organização sindical cutista (tema conhecido como "sindicato orgânico"). Abordaremos aqui duas dimensões dele. Em primeiro lugar, a principalidade concedida à discussão sobre como deve a CUT organizar-se desviou a Central do desafio de enfrentar a reforma neoliberal em curso nas relações de trabalho (muitas aos sindicatos em greve, precarização dos contratos de trabalho etc.). Não é um fato menor que na votação na Câmara de Deputados do projeto de FHC-Paiva-Força Sindical que permite o uso generalizado de contrato temporário a CUT estivesse literalmente ausente.

Em segundo lugar, devemos analisar a proposta em si. A construção de uma estrutura cutista esteve presente nos debates da Central desde sua fundação. Mas sempre foi entendida como uma forma de generalizar os princípios de democracia e classismo que nos levaram a romper com o sindicalismo oficial e fundar a CUT.

O debate atual, no entanto, tomou outro rumo. A atuação da Articulação Sindical na

"negociação da previdência" foi uma flagrante violação da democracia interna e uma tentativa de enquadrar as divergências internas através de um "centralismo burocrático".

Mas esse foi apenas o capítulo mais impactante de uma série de eventos, em particular eleições sindicais, em que os setores dominantes da Articulação Sindical reforçaram uma prática monolítica e excludente. Quer dizer, de negação do caráter democrático e plural da Central.

Assim, a proposta de "sindicato orgânico" da Articulação Sindical, ainda que reivindica o princípio da liberdade sindical, nega um aspecto fundamental da concepção cutista: a democracia. Ao fazê-lo, traz em germe uma proposta de fragmentação da organização sindical da classe trabalhadora.

Ao contrário disso, a proposta de "sindicato unitário" da Alternativa Sindical Socialista remete justamente a desenvolver a democracia nos sindicatos filiados de base e com ela os mecanismos que capacitem aos cutistas para defender a unidade da classe trabalhadora mesmo em um ambiente de liberdade sindical (fim da unicidade sindical imposta em lei).

MARIA CONSOLAÇÃO DA ROCHA É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT

O PT PRECISA DE
DEMOCRACIA,
RENOVANDO A
MANEIRA DE
FUNCIONAR, E DE
COESÃO PARA SE
TRAVAR A DISPUTA
POLÍTICA

JOAQUIM SORIANO



RUMO AO 11º ENCONTRO

Após a realização dos encontros de base do PT, neste ano de renovação das direções partidárias em todos os níveis, o partido sofreu um dos maiores ataques por parte da mídia de sua história (ver box). Agora o partido se encaminha para os encontros estaduais e finalmente o nacional.

Até a campanha presidencial de 1989 o PT viveu num ciclo ascendente de lutas sociais e políticas que lhe dava energia e o configurava como o partido capaz de, junto com os movimentos sociais, apresentar uma perspectiva de futuro para o país. O núcleo dirigente central do PT dispunha de uma enorme legitimidade histórica.

Em 1993, no 8º Encontro Nacional, expressou-se uma alteração na correlação de forças tradicional do PT - uma tradição de 13 anos, mas vivida muito intensamente. Uma parte da corrente majoritária se desloca e compõe com as correntes minoritárias uma *nova maioria*. Lula continua como presidente.

Mudou a maioria porque esta perdeu na política. Queria uma composição com a centro-esquerda para a disputa presidencial de 1994. O centro era o PSDB que segundo a resolução do 8º Encontro ainda estava em disputa.

O 9º Encontro (1994) foi uma grande festa, muito unitária, para aprovar um programa de governo e muitos imaginavam um tapete vermelho que ligava aquele ato ao Palácio do Planalto, embalados que estávamos pelo *impeachment* de Collor e pelos altos índices de intenção de voto que as pesquisas demonstravam a favor de Lula.

Em 1995, no 10º Encontro, já depois da vitória de FHC, José Dirceu foi eleito Presidente Nacional do PT. A antiga maioria voltou a ser maioria. Uma parte do deslocamento de 1993 se aglutinou novamente. A maioria formada no 8º Encontro perdeu por pouco. Mas perdeu porque tinha sofrido uma derrota política anterior. A derrota de 1994. Não só porque Lula não é o Presidente da República, mas porque a campanha presidencial não foi conduzida pelo conjunto de idéias que conformaram a maioria do 8º Encontro. A maioria de então não organizou força suficiente para dirigir a campanha de 1994 e foi aí derrotada.

A PREPARAÇÃO DO 11º ENCONTRO

A maioria formada no 10º Encontro se organizou em torno de algumas idéias e a principal delas, era dar *governabilidade* ao PT.

Minimizar as disputas internas, reformar os estatutos do partido, aplicar uma política de alianças amplas para vencer as eleições de 1996, valorizar o "Modo Petista

de Governar", apareceram como eixos centrais de sua plataforma. Além disso esta direção conviveria, pela primeira vez, com as experiências de governo no Espírito Santo e no Distrito Federal.

Um primeiro olhar retrospectivo demonstra que a direção eleita no 10º Encontro foi derrotada em seus principais objetivos. Em São Paulo onde o campo majoritário dirige a mais tempo e de forma mais abrangente o partido, se colheu o resultado eleitoral mais desastroso: PT perdeu todas as prefeituras que governava. A tristemente famosa campanha do "PT que diz sim" foi de Luiza Erundina que era da Executiva Nacional. O vice, Mercadante, também do campo majoritário se opôs ao dito "sim". No 2º turno FHC apareceu no horário gratuito do PT. Outro desastre. Que *governabilidade*? De quem cobrar responsabilidades? Só do coordenador de propaganda da campanha, Pedro Dalari, que deixou o partido?

A CAMPANHA DE FHC CONTRA O PT

CAMPANHA COORDENADA PELO GOVERNO QUER IMPEDIR CPI DA COMPRA DE VOTOS.

Apartir das declarações de Paulo de Tarso Venceslau a *mídia* montou de maneira coordenada e concorrencial uma arapuca que busca confirmar uma tese: o PT é *igualzinho aos outros*. Desta vez querem envolver o PT e Lula em tráfico de influência e corrupção. É uma campanha coordenada porque parte do interesse do governo FHC em abafar o escândalo da compra de votos de deputados federais para aprovar a reeleição. É concorrencial porque as grandes empresas de comunicação do país querem ganhar o concurso da mais fiel servidora do poder. Muitas delas disputam o espólio das privatizações, notadamente na área da telefonia.

Frente a estes ataques, temos dois desafios. O primeiro e mais importante é a unificação do partido e dos seus aliados políticos e sociais, do campo democrático e popular, na contra-ofensiva aos interesses do Planalto. O governo FHC levou um tombo com a Marcha dos Sem Terra e com o

A relação do governador do Espírito Santo com o partido é crítica. A bancada estadual do PT considera que o governador encaminha uma política contrária ao programa que o elegeu. O Diretório Nacional apela para que o governador se alinhe com o programa partidário, com a base social democrática e popular e que rompa com o governo FHC. Que *governabilidade* e que "Modo Petista de Governar"?

As disputas internas nunca foram tão acen-tuadas. Além da campanha do "Sim", vale registrar o conflito aberto pela maioria contra a campanha do PT no Rio de Janeiro e a favor de Miro Teixeira e a pressão pela coligação com o PSB em Recife, contando com a renúncia do candidato vitorioso nas prévias internas. Resultado: Chico Alencar no Rio e João Paulo em Recife fizeram quatro vezes mais votos que Miro Teixeira do PDT e Roberto Freire do PPS (apoia-do pelo governador Arraes).



grande ato de 17 de abril em Brasília; amargou um leilão da Vale contra a opinião pública nacional e o ministro-sócio de FHC, Sérgio Motta, aparece como comprador de votos para a reeleição. A oposição democrática e popular cresceu. No mundo autoritário, comandado pelo dinheiro e com o monopólio dos meios de comunicação, a reação foi transformar uma carta já conhecida há mais de dois anos em manchetes de todos os jornais.

O segundo desafio que o PT tem que responder é o de levar a frente o trabalho da comissão de averiguação das denúncias que foi constituída e, concluída sua tarefa, dar-lhe a necessária divulgação, esclarecendo os filiados e a opinião pública.

Para o PT é importante compreender que a *mídia* é conivente com o governo e com as grandes empresas e que nas administrações petistas o rigor com o trato da coisa pública deve ser muito maior do que jamais foi em qualquer tempo.

Durante um ano e meio a Executiva Nacional só representou o campo majoritário. Esta maioria desaprendeu a conviver com a pluralidade. Fortaleceu a idéia de que *sozinha pode tudo*. Isto é muito ruim para a democracia partidária.

Aliados da maioria da Direção Nacional, porém minoria em seus estados, ousam atitudes fracionais nunca antes vistas no PT. "O PT amplo" do RS convoca entrevista coletiva de imprensa e ganha uma página da *Zero Hora*. "O PT de cara nova" em Recife convoca pela TV, com várias inserções diárias, inclusive durante o Jornal Nacional da Globo, para votar na sua chapa nos encontros zonais. E a regulamentação do direito de tendência? E o abuso do poder econômico na disputa interna?

Filiações em massa e despolitizadas às vésperas dos encontros de base, urna aberta o dia inteiro para votar, nenhum debate interno, alguns pagando para muitos. Este foi o método consagrado em Diadema nos últimos anos. O Regulamento que a maioria aprovou para os Encontros de 1997 estimula a generalização do modelo. É um desastre!

UMA NOVA DIREÇÃO

A atual maioria pensa em prosseguir na contra-reforma organizativa do partido. Velhas teses que surgiram à época do 1º Congresso, como a "eleição direta" para as direções do partido, restrições ao direito de tendências e questionamento à proporcionalidade circulam num documento assinado pela "Unidade na Luta" e "Democracia Radical".

Ao contrário do que anuncia a Articulação, o PT precisa de uma profunda reafirmação democrática, renovando a maneira de funcionar internamente e a maneira de se colocar na disputa política da sociedade.

Internamente isto significa o respeito à diversidade que nos caracteriza, tanto do ponto de vista vertical, com a proporcionalidade e o direito de tendências, como horizontal, garantindo a organização de base, efetivamente enraizada nos setores sociais explorados e oprimidos, que animem suas lutas e façam valer sua voz e voto nas instâncias dirigentes do partido.

Na atuação na sociedade, o PT precisa retomar a coesão programática, sintetizada na boa fórmula da "compreensão comum dos acontecimentos e das tarefas", realizada ao valorizar a sua identidade como partido singular pela base social que busca representar e pelo projeto de transformação radical que quer implementar. 100% à esquerda!

JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO GERAL DO PT

MILTON TEMER PRESIDENTE DO PT

O Partido dos Trabalhadores sempre moeu no áspero, mas nunca enfrentou uma situação tão carregada de ameaças para a sorte do seu projeto estratégico. As classes dominantes implantam a ferro e fogo as novas regras do capitalismo mundial, imperialista e regressivo. Semeiam a conformidade e a desesperança. Alardeiam o "neoliberalismo" como inevitável. Mas a "nova ordem" é apenas uma fase da história, não é o seu fim. E já perdeu a auréola triunfal que disfarçava, por trás de toda a tragédia, os interesses do grande capital, principalmente o financeiro.

Fernando Henrique é o principal agente, no Brasil, desse projeto de exclusão social, subserviente aos interesses do capital internacional. Basta lembrar o teor das contra-reformas, o sucateamento e a venda do patrimônio estatal, o desmonte dos serviços públicos, o abandono dos direitos sociais, a transferência de recursos públicos para o setor privado, os métodos antidemocráticos, a repressão aos movimentos sociais, a tentativa de criminalizar o MST e suas lideranças, a compra de votos para a aprovação da reeleição, os ataques ao PT, a alienação da soberania nacional.

O projeto tucano-pefelista é o principal inimigo de todos aqueles comprometidos

com os interesses nacionais, democráticos, populares e socialistas. Diante dele, não há espaço para ambiguidades, vacilações, imobilismo ou capitulação: não será na linha do pragmatismo conformista que enfrentaremos o tranco da investida neoliberal.

O PT tem um papel determinante na luta contra esta realidade. No XI Encontro Nacional, reafirmaremos as bases originais que impulsionaram a construção do Partido. Renovaremos nosso compromisso com as maiorias sociais e sua transformação em maioria política, porque temos a certeza de que o atendimento das necessidades do povo, numa sociedade de classes, é fruto de conflitos inevitáveis.

Recolocaremos as disputas eleitorais e os espaços institucionais a serviço da transformação estrutural da sociedade, onde o governar e o legislar acumulem para a construção de um novo poder, democrático e participativo. Pois o que alimenta a vitalidade do PT é o seu compromisso militante com a luta pela autoemancipação dos trabalhadores e marginalizados, e não os espaços ocupados no interior do Estado, ainda que legitimamente conquistados.

Reafirmaremos nosso caráter de partido de militância e de massas, com inserção orgânica nos movimentos sociais e capaz de incorporar amplos segmentos da

população. A pluralidade interna e a convivência fraterna com as diferenças é um patrimônio intocável do Partido. A franqueza e a livre manifestação de divergências fazem parte da cultura petista e, quando encaradas sem sectarismo, reforçam a democracia e a unidade internas.

Essa democracia e unidade de ação estiveram ausentes em diversos episódios recentes da vida partidária. A violação dos critérios de proporcionalidade, na composição da Comissão Executiva Nacional. As filiações em massa às vésperas dos encontros. A degeneração que derrota e ameaça destruir o PT em Diadema. Os ataques contra a candidatura do próprio partido, no Rio de Janeiro. A campanha do "PT que diz sim", em São Paulo. O rompimento com nossas orientações programáticas por parte do governador do Espírito Santo. Estes e outros episódios agridem a tradição partidária e são típicos comportamentos fracionais.

É preciso reafirmar a democracia partidária, a unidade de ação, a defesa do Partido e de suas lideranças contra os ataques da direita, patrimônios que fazem parte da cultura do PT e da esquerda brasileira.

Esses são alguns dos desafios postos ao XI Encontro Nacional do PT, e que justificam nosso apoio à candidatura do companheiro MILTON TEMER para a presidência do Par-

PETISTAS LANÇAM A CANDIDATURA DE MILTON TEMER, DEPUTADO FEDERAL PELO RIO DE JANEIRO, À PRESIDÊNCIA DO PT.

tido dos Trabalhadores.

Queremos abrir um diálogo com todos os petistas, independente de tendências e alinhamentos internos. Convidamos você para, juntos, aprofundarmos o debate sobre o papel do PT na luta de classes em nosso país, nas lutas de massas e nas disputas eleitorais. Porque só assim se construirá uma nova linha política para o partido, cimentando uma ampla unidade no combate às misérias que o neoliberalismo impõe.

JUNHO DE 1997
30 ANOS DA MORTE DE
CHE GUEVARA



NÃO VOU ME ADAPTAR

UM RUMO COMBATIVO PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

DARLAN MONTENEGRO

O 45º Congresso da UNE ocorre em um momento em que contradições e dilemas se acumulam na intervenção petista no movimento estudantil. Os petistas dirigem a grande maioria das entidades estudantis; possuem um enraizamento efetivo nas universidades; contam com a simpatia de boa parte dos estudantes. Não conseguem, contudo, romper os entraves burocráticos montados pelo PCdoB/UJS, força majoritária na diretoria da UNE, tornam a entidade um aparelho quase inexpugnável daquele partido.

O problema decisivo, portanto, é a deficiência crônica de nosso partido no que diz respeito à constituição de uma linha política clara para o ME e de um corpo orgânico que garanta sua implementação.

UM BALANÇO NECESSÁRIO

O último Congresso da UNE foi em 1995, em meio a ofensiva do governo FHC. Naquele momento, setores da esquerda (em especial do PT) vacilavam diante da necessidade de se estabelecer uma oposição firme ao governo, falando em "oposição propositiva", participando o jogo das reformas.

O PCdoB, vitorioso no Congresso, manteve o controle da entidade e realizou uma péssima gestão. Enraizado em setores menos politizados do movimento e com pouca influência nas grandes universidades, o PCdoB foi sendo aliado do centro real de decisões sobre os rumos do ME na medida em que o seu eixo de aglutinação saía das mobilizações setoriais das escolas pagas e passava para a disputa de projetos de universidade travada com o governo, politizando-se e tornando necessário um acúmulo de políticas muito maior do que o apresentado pelo PCdoB.

Esta corrente depende cada vez mais tempo com a administração da grande máquina burocrática em que se converteu a UNE a partir de 1992, com o crescimento vertiginoso da venda

de carteiras estudantis. Num quadro em que o governo apresentou um projeto de reformas educacionais profundas, penalizando a universidade pública, a UNE restringiu a sua atuação a articulações de gabinete no Congresso Nacional.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES

A intervenção petista na diretoria da UNE foi inoperante nos últimos anos, com a desarticulação do partido e o aprofundamento da sua diluição orgânica. O movimento de oposição à reforma universitária neoliberal foi implementado pelos DCEs petistas de algumas universidades federais importantes, dirigidos pela esquerda do partido. Mas os ataques governistas à universidade pública (contando com apoio de setores da comunidade acadêmica) vem forçando uma retomada do papel central das universidades federais no movimento estudantil e exige uma superação do nível atual de articulação do movimento.

O PT enquanto partido, todavia, não mostrou condições de desafiar a direção oferecida pelo PCdoB, mesmo nesta conjuntura bastante favorável. A dilaceração interna vem impedindo as tentativas de estabelecer um padrão orgânico para o partido.

As posições moderadas da Articulação-Unidade na Luta são cada vez mais polarizadas por setores oriundos da Democracia Radical. Esta corrente adota uma política que nega qualquer caráter de classe à disputa de rumos da universidade; lutam por uma universidade "cidadã". Nas alianças políticas, este bloco tinha como objetivo montar uma coalizão anti-PCdoB que abarcava do PSTU ao PFL (passando por PSB, PDT e MR-8); hoje, diante da disposição do PCdoB em oferecer espaço maior nos aparelhos, a Unidade na Luta rompeu com os petistas no Congresso da UEE-SP para formar uma chapa com o PCdoB!

OVI Encontro Nacional de Estudantes Petistas em março desperdiçou a oportunidade de unificar o partido ao decidir por 44 votos a 42, que não seria elaborada uma tese conjunta do PT para o próximo Congresso da UNE. Cada campo político, portanto, apresentará sua própria contribuição. Constituímos, contudo, uma Coordenação Nacional de Universitários do PT que pode ser um passo para a reestruturação orgânica do partido.

UM DESAFIO FUNDAMENTAL

O núcleo mais efetivo da intervenção petista tem se aglutinado em torno da tese "Não Vou me Adaptar". Dele fazem parte a Força



Socialista, a Articulação de Esquerda, a Tendência Marxista, a Democracia Socialista e vários grupos regionais petistas, que representam a inserção majoritária do PT no ME. Os DCEs mais importantes dirigidos pelo PT (incluindo os da USP e da UFRJ) sustentam sua intervenção.

Contudo, este imenso potencial só poderá ser plenamente aproveitado se superarmos a dinâmica de fracionamento que a Unidade na Luta, de um lado, e o Trabalho, de outro, mantem. Só assim o PT poderá ser um instrumento político para disputar a política estudantil.

Isso exige aprofundarmos a formulação de políticas para a universidade, aproximando-nos do movimento sindical e retomando o projeto de "Universidade para os Trabalhadores"; estrei-

tarmos os laços orgânicos deste campo político; precisarmos o seu perfil político, abarcando idéias como a disputa de hegemonia na universidade, a defesa da democracia no movimento estudantil e a defesa de valores que devem, ao lado de uma perspectiva de classe, serem postos em destaque: a perspectiva de gênero, racial, homossexual, bem como a de outros setores explorados e oprimidos. Somente com a estruturação orgânica do PT em torno de políticas claras, democráticas e combativas, seremos uma alternativa real de direção do ME. Se o PT não der a direção para o movimento de resistência à reforma universitária, ninguém mais o fará.

DARLAN MONTENEGRO FOI VICE-PRESIDENTE DA UNE NA GESTÃO 93-95.

PAULO FREIRE: PEDAGOGIA DE LUTA

O PAÍS PERDE UM
DOS SEUS FILHOS
MAIS ILUSTRES.
FALECIDO AOS 75 ANOS,
PAULO FREIRE
ERA CONHECIDO
MUNDIALMENTE
POR SUA CONCEPÇÃO
PEDAGÓGICA
PROGRESSISTA

JOSÉ CLÓVIS DE AZEVEDO

A utopia de Paulo Freire foi vislumbrar a possibilidade das transformações sociais, partindo do princípio de ensinar as pessoas a pensar, a buscar na fonte da leitura e da escrita o alimento para a sua libertação e para a transformação social. "Somente os seres que historicamente se tornaram capazes de saber se tornaram ao mesmo tempo capazes de intervir na realidade condicionadora", falou em sua última entrevista.

Sua concepção de alfabetização era simples e partia da realidade de cada um, dos saberes acumulados pelos indivíduos e comunidades. Ele mostrou que o processo de ensino e aprendizagem, independente da vontade e consciência do educador é um ato político que tem como ingrediente o compromisso social de não neutralidade. Perguntas como o quê? Para quem? Contra quê? A favor de quem? levam os alfabetizadores e alfabetizados a questionarem as finalidades das coisas e a pensar nas relações entre opressor e oprimido.

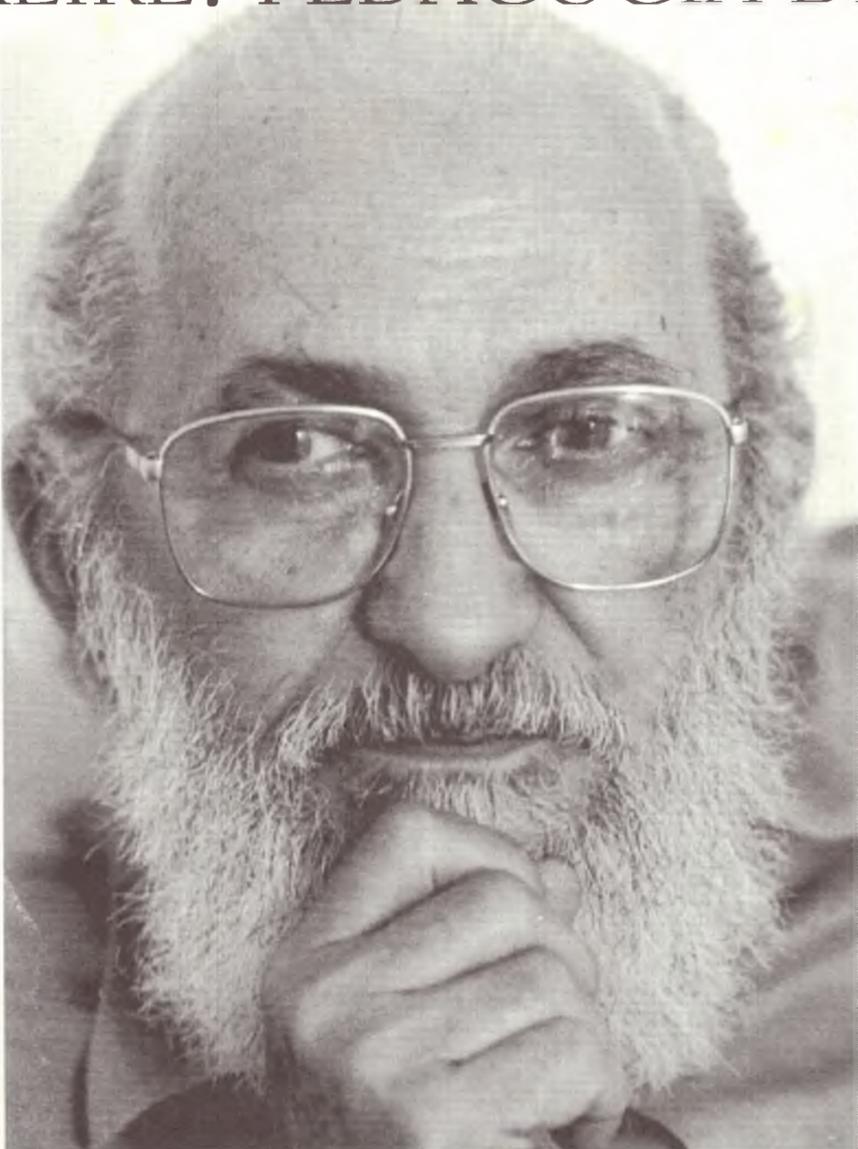
Além disto, para Paulo Freire, educador e educando ensinam e aprendem dialeticamente. "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, nós nos educamos mutuamente, mediatizados pelo mundo", dizia. Ele rompe com a relação autoritária existente entre professor e aluno, criticando o que qualifica de educação bancária, fragmentada e individualista, no seu livro *Pedagogia do Oprimido*.

Para ele, a educação é uma forma de compreensão da realidade e de estímulo à participação popular. Porém, isto não é absolutizado como o único elemento que possibilita as transformações sociais. "Não creio que a pedagogia seja tudo, mas creio que sem ela também não se faz nada", escreve no livro *Cartas Pedagógicas*, que deixou inacabado, no terceiro capítulo.

Esta sua ponderação, ao mesmo tempo, é um aprofundamento das suas idéias iniciais, tratadas ao longo das 25 publicações, traduzidas em 35 idiomas, que conquistaram a adesão e o respeito nos principais centros culturais - dos Estados Unidos à Europa, da África à Ásia, tornando-se referencial teórico-prático indispensável e fundamental para a pedagogia do nosso tempo.

CÍRCULOS DE CULTURA

Paulo Freire não foi um homem só de pensar, mas principalmente de agir. Seu trabalho como educador começou nos anos 50, quando alfabetizou 300 trabalhadores rurais, no interior do Rio Grande do Norte,



WALTER CARVALHO/REUTERS

em 45 dias. O reconhecimento veio com o convite do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para implantação do programa de alfabetização nas favelas de Recife. Em 1963, o presidente da República, João Goulart, chamou-o para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização, que previa a instalação de 20 mil círculos de cultura, como eram conhecidos os grupos criados por ele, para atingir dois milhões de analfabetos.

Sua visão inovadora e de profundo conteúdo revolucionário lhe valeu a perseguição política e 15 anos de exílio, após o golpe militar de 1964. Privado do convívio dos seus compatriotas, colaborou com a educação em outros países da América Latina, como Chile, Costa Rica e Nicarágua, ao mesmo tempo que era chamado para os principais centros acadêmicos do mundo, como a universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

SEMINÁRIO REÚNE QUATRO MIL EDUCADORES

O IV Seminário Internacional de Reestruturação Curricular, que tem como tema a "Identidade Social e a Construção do Conhecimento", será realizado de 7 a 12 de julho no salão de Atos da UFRGS.

Promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, ele reunirá mais de quatro mil pessoas nas duas edições previstas. Para a primeira edição, de 7 a 9, as 2 mil vagas já estão esgotadas e para a segunda, de 10 a 12, o prazo para as inscrições vai até o dia 25. O custo é de 25 reais e os interessados podem se inscrever na SMED, rua Siqueira Campos, 1300/14º andar, fone (051) 216-3421/216-3422, Porto Alegre ou pelo E-mail: smed@portoweb.com.br ou <http://www.prefpoa.cpm.br/smed/evento>.

Na abertura das edições participam como conferencistas Roberto Romano, com o tema "Identidade Social e a Construção do Conhe-

DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Em 1979, com a lei da anistia retornou ao Brasil e se instalou em São Paulo. Aí, como Secretário de Educação do governo da cidade de São Paulo, entre 1989 e 1991, na gestão de Luiza Erundina, investiu na democratização da escola. Ampliou os poderes dos conselhos escolares compostos por pais, alunos, professores e funcionários, buscou o fortalecimento da autonomia das escolas, tentou implantar a eleição direta para diretores, refutada pelos professores.

Na sua gestão, também democratizou o acesso ao ensino, instalando salas de aula para pré-escolas e a alfabetização de jovens e adultos, em espaços alternativos em seis meses, criou 960 classes de alfabetização de adultos e aumentou o número de vagas nas escolas regulares.

cimento", a argentina Graciela Frigerio, que falará sobre as "Questões fundamentais para pensar os impactos das reformas curriculares" e o espanhol Antonio Vinão debaterá o tema "Culturas escolares, reforma e inovações: entre a tradição e a mudança". No segundo dia ocorrerem mesas específicas como a "Kíndercultura: a construção da infância pelas grandes corporações", apresentada por Shirley Steinber (EUA) e "McDonald's, poder e criança: Ronald McDonald faz tudo por você", por Joe Kincheloe (EUA).

Nos últimos dias de cada edição, Ramon Flecha da Espanha fala sobre "Uma escola para ação comunitária", Alberto Martinez da Colômbia sobre "Currículo e Modernização", o alemão Bernd Fichtner discorrerá sobre "Vigotsky e a Educação" e, por último, Carlos Skliar da Argentina trata da "A reestruturação curricular e as políticas educacionais nas diferenças".

Durante o Seminário ocorrerão, também, mesas específicas tratando de temas diversos. No dia 8, será lançado o livro IV Seminário Internacional com sessão de autógrafos, no Bar Opinião. A sessão de autógrafos será no dia 11. O livro contém os textos dos conferencistas.

Se estas iniciativas não tiveram continuidade em São Paulo, com a ascensão do malufismo, na capital gaúcha, serviram de referência e inspiração para a construção da política educacional da Administração Popular. O projeto de Escola Cidadã representa a execução e a afirmação concreta das suas idéias e tem como elemento central a democratização radical da escola. O projeto pedagógico é elaborado com a participação de todos os seguimentos. A realidade sócio-cultural das comunidades é transformada em matéria-prima curricular, para a construção e a reconstrução do conhecimento.

Nos últimos anos, o diálogo permanente de Paulo Freire com a Secretaria Municipal de Educação foi fundamental para a alfabetização de mais de 15 mil jovens e adultos, desde 1989. Da consolidação deste projeto surge o Movimento de Alfabetização - MOVA Porto Alegre - lançado pela Administração Popular no início deste ano, que pretende alfabetizar 65 mil porto-alegrenses, até o ano 2000.

A gestão democrática das escolas, com eleições diretas para diretores, a formação dos conselhos escolares, em substituição aos círculos de pais e mestres, com a participação de pais, alunos, funcionários e professores, além da descentralização financeira, foram gestadas com a participação de toda comunidade no Congresso Constituinte Escolar, que ocorreu em 1995.

OS SABERES DA COMUNIDADE

A implantação dos Ciclos de Formação, nas escolas municipais de ensino fundamental, é o reconhecimento dos saberes existentes na comunidade. Esta forma de organização curricular respeita o tempo de aprendizagem das crianças, o complexo temático - que é o agrupamento dos temas geradores que referenciam todo o processo de aprendizagem, baseado nas falas das crianças, dos pais e familiares.

O complexo temático serve de ponto de partida e também de chegada para a produção do conhecimento. O interesse das crianças por este tipo de ensino, vinculado a sua realidade, é um dos fatores que contribuiu para o índice quase inexpressivo de evasão. "Um dos grandes pecados da escola é desconsiderar tudo com o que a criança chega a ela. A escola decreta que antes dela não há nada", dizia Paulo Freire.

A organização das escolas através dos ciclos de formação vai ao encontro da preocupação que Paulo Freire tinha de fazer da escola um espaço de intervenção. "A escola não apenas reproduz, mas também contradiz a reprodução. O papel da contradição da reprodução da educação é dos educadores progressistas. O papel da preservação, dos conservadores".

No seu último texto, ele escreveu que "não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho inviabilizando o amor.

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho, senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a serem sérios, justos e amorosos da vida e dos outros".

Nosso reconhecimento ao companheiro Paulo Freire.

JOSÉ CLÓVIS DE AZEVEDO É PROFESSOR E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE/RS.

LIVROS & FILMES & EVENTOS



Ed Mort

Filme de Alain Fresnot, com Paulo Betti e Claudia Abreu.

Existem muitos "profissionais" que fazem cursos "profissionalizantes" por correspondência. Concluído o curso, coloca-se a placa na frente de casa/escritório e passa a oferecer os serviços. Assim é o retrato da vida de muitos e entre eles do detetive Ed Mort.

Detetive amador, sem trabalho e com dívidas, misto de galã (conquistador) e mandrão, Ed Mort é contratado para investigar o desaparecimento do Silva. Esse, ameaçado, disfarça-se em Chico Buarque, Gil, Caubi, etc - homenagem merecida - e vai de encontro ao detetive que toma conhecimento da razão da sua fuga.

Um dos ingredientes do filme - além dessas homenagens a artistas brasileiros e Casablanca - é o humor, nas frases de Ed Mort, e a ironia com que trata os programas infantis. Tece críticas sociais, como são os textos do "pai" do personagem, tais como o preconceito racial - somente crianças negras desaparecem no programa infantil - e à impunidade, que tal como na vida real é o final da história.

É um filme sem pretensões, para relaxar, física e mentalmente. Pode-se dizer que uma escala de zero a dez o filme seria aprovado, passando pelo conselho de classe.

Dr. Rosinha

II Encontro de Economia Política

Realizou-se na PUC/SP, nos dias 27 a 30 de maio, o II Encontro Nacional de Economia Política, com cerca de 400 participantes. A iniciativa foi da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), entidade criada há um ano, em Niterói, cujo objetivo principal é reunir pesquisadores que buscam enfoques alternativos no âmbito da economia política e de disciplinas como metodologia, técnica de pesquisa e história do pensamento econômico.

Fez parte do evento o curso "Concorrência e mercado mundial", a apresentação e discussão dos trabalhos selecionados em mesas temáticas e sessões plenárias com convidados. A elevada procurada pelo curso (150 participantes) determinou a formação de duas turmas. Nele ministraram aulas João Machado (PUC/SP), Reinaldo Carcanholo (UFES), Raul Cristóvan dos Santos (USP), Alejandro Valle Baeza (UNAM), Paulo Nakatani (UFES), Alfredo Saad Filho (University of Sussex), José Carlos Braga (Unicamp) e Leda Paulani (USP).

Para as 32 mesas temáticas, a Comissão Científica selecionou entre 164 trabalhos entregues, cem *papers*. O II Encontro reu-

SEMINÁRIO DE ESTRATÉGIA DO PT

Realizado nos dias 6 e 7 de junho, contou com três mesas de debate: "Balanço e perspectivas do neoliberalismo" (com Emir Sader, Atílio Boron, Francisco Louçã e José Genoíno); "Crise e reconstrução do projeto socialista" (com Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Garcia, Armando Hart e Heinz Dieterich Steffan); e "Estado, mídia e sociedade civil na disputa de hegemonia" (com Jorge Almeida, Albino Rubim, Venício Lima e Luiz Javier Garrido). A segunda etapa do seminário está prevista para 8 e 9 de agosto.

REVISTAS MARXISTAS

No dia 17 de junho foi lançado na PUC em São Paulo, o segundo número da revista *Praga* e o quarto da *Crítica Marxista*. Na ocasião foi realizado um debate intitulado "O marxismo morreu. Viva o marxismo?", com Dêcio Saes, João Quartim de Moraes, Paulo Arantes e Ricardo Musse.

Este número da *Praga* traz uma entrevista com Maria da Conceição Tavares e textos de Paulo Arantes, Raymond Williams e Perry Anderson. O quarto número da *Crítica Marxista* destaca aspectos da obra de Lukács, analisados por Michael Löwy e Sergio Lessa.

Três dias depois foi lançado, também na PUC/SP, o segundo número da revista *Lutas Sociais*, publicação do "Núcleo de estudo sobre ideologias e lutas sociais" da pós-graduação em ciências sociais desta universidade. Na ocasião, Jacob Gorender falou sobre "O Manifesto do partido comunista: um documento datado e não-datado".

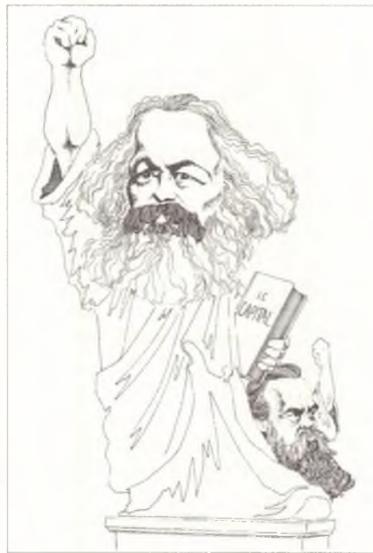
Lutas Sociais, cujo número inicial foi lançado em novembro do ano passado, é uma publicação acadêmica que visa "superar os falsos antagonismos" que voltaram a ocupar boa parte do campo intelectual, como "liberdade versus igualdade" ou "mercado" versus "Estado". Os autores da revista querem dar vazão à "insatisfação com debates que em sua aparente radicalidade, se restringem dentro e fora dos círculos acadêmicos, a opções que não questionam, mas, ao contrário, mistificam a ordem estabelecida". *Lutas Sociais* se

posiciona contra "a paralisia do pensamento único".

O seu segundo número traz artigos de James Petras, Daniel Bensaid, Michel Husson, Jacob Gorender, Heleieth Saffioti, Lúcio Flávio de Almeida, Félix Ruiz Sánchez, Simão Chiovetti, Joana Coutinho, Silvio da Silva e Any Marise Ortega. Os temas abordados abrangem globalização, atualidade do manifesto comunista, modo petista de governar, subjetividade e gênero, entre outros.

Praga é publicada pela Editora Boitempo e custa R\$17,00; *Crítica Marxista* e *Lutas Sociais* são publicadas pela Editora Xamã e custam R\$ 15,00 e 12,00 respectivamente.

Felix Sanchez



niu trabalhos nas áreas de metodologia e caminhos da ciência econômica; valor, preço e mercados; economia política do desenvolvimento; estado e economia; economia política e socialismo; mundo do trabalho; economia brasileira; história do pensamento econômico; e história econômica.

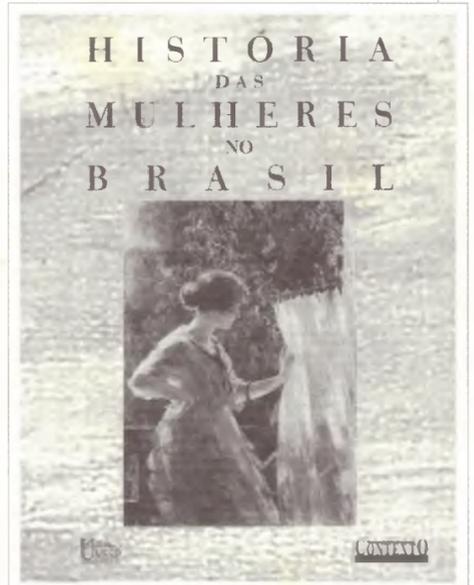
O evento contou com cinco grandes debates. Como convidados especiais, estavam François Chesnais (Universidade de Paris XIII), que proferiu a palestra "A acumulação mundial sob dominação da finança e suas consequências"; Arturo Huerter (UNAM), que falou sobre "A inviabilidade do crescimento sustentado em um contexto de liberalização econômica e de incerteza: o caso do México"; Alejandro Valle Baeza (UNAM), tratando das "Questões teóricas da produtividade e a produtividade no México"; Alessandro Vercelli (Universidade de Siena), que abordou o tema da "Liquidity preference and option values"; Elmar Altvater (Universidade livre de Berlim) debateu as "Megatendências da globalização e liberdade de ação através da integração regional"; e Aldo Ferrer (Universidade de Buenos Aires) discutiu "A glo-

balização e o Mercosul". Debateram estes temas Paulo Singer (USP), Marcio Pochmann (Unicamp), Theotônio dos Santos (UFF), Mario Possas (UFRJ) e Paulo Nogueira Batista Junior (FGV/SP).

O Encontro de Economia Política, em seu segundo ano de realização, surgiu a partir de duas demandas. De um lado, a notória falta de oportunidades de intercâmbio e discussão científica na área e a necessidade de se disseminar e aprofundar os avanços na Economia Política. De outro, o reconhecimento da pouca adequação dos instrumentos atualmente utilizados pela economia para discutir e enfrentar problemas como desemprego, pobreza e miséria.

O sucesso obtido no II Encontro, tanto no número de participantes e de apoios manifestados pelas diferentes agências, entidades e associações, quanto na qualidade dos debates, indica o quão acertada foi a iniciativa de criação desse fórum de discussão. Nesse último encontro, consolidou-se a Sociedade Brasileira de Economia Política e sua atividade anual passou a fazer parte da agenda universitária.

Rosa Maria Marques, vice-presidente da SEP



História das mulheres no Brasil

Coletânea organizada por Mary del Priore e Carla Bassanezi. São Paulo, Editora Contexto, 1997. 678 páginas.

A história das mulheres em nosso país ganha uma obra de vulto, que resume parte importante da produção acadêmica sobre o tema. São 19 artigos, além da apresentação de Mary del Priore e de uma conclusão de Lygia Fagundes Telles, que cobrem principalmente o período que vai do estabelecimento colonial português ao desenvolvimento do capitalismo industrial (apenas o texto de Paola Cappelin é totalmente dedicado ao período atual, tratando de "Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira").

Os estudos, assinados por muitos dos principais especialistas brasileiros, abordam desde a "Eva tupinambá" (sobre a forma como os colonizadores viam as mulheres indígenas) até as "Mulheres nos anos dourados" (sobre as mulheres de classe média nos anos 50), passando por situações regionais e sociais muito diferentes (Minas Gerais no período do ouro, sertão nordestino e sul do país no século XIX, a família burguesa, a mulher pobre e a violência urbana na *Belle Époque*, as professoras, as religiosas, as escritoras e as trabalhadoras rurais) e abordando temas específicos de relevância (como a sexualidade, o corpo feminino e o lesbianismo no período colonial ou a instauração de uma normatividade psiquiátrica sobre as mulheres na virada do século).

Uma obra desigual mas de conjunto indispensável.

Andrea Butto

GÊNERO E SAÚDE

Livro organizado por Marta Julia Marques Lopes, Dagmar Estermann Meyer e Vera Regina Waldow. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1996. 158 páginas.

Os artigos que compõem a obra estão reunidos em duas partes. Numa primeira, que chama a atenção de todos interessados nos debates feministas, o gênero como marco conceitual é discutido através de artigos de Danièle Kergoat, Pierre Bourdieu, Dagmar Estermann Meyer e Guacira Lopes Louro. O texto desta última, "Nas redes do conceito de gênero", é particularmente interessante, traçando um histórico da idéia de gênero.

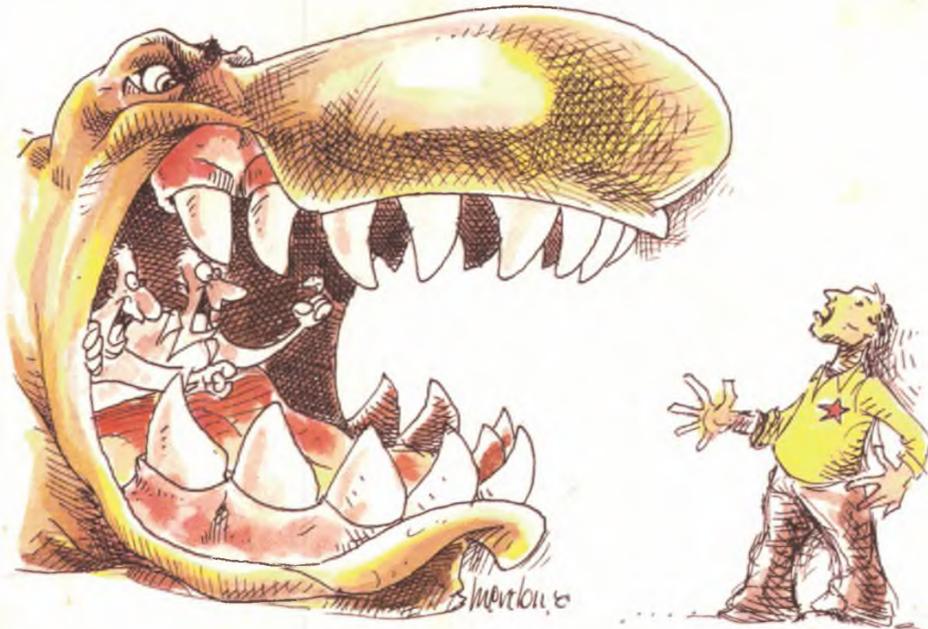
Na segunda parte, foram reunidos textos mais específicos - de Marta Julia Marques Lopes, Tania Mara Galli Fonseca, Vera Regina Waldow e Patricia Krieger e Regina Rigato Witt - que debate e problematizam as formas pelas quais a construção social de gênero e sua articulação com outras categorias sociais se manifesta nos espaços da saúde (e em especial da enfermagem).

Maria Luiza da Costa

ENCONTRO DO CHILE, UM PASSO ATRÁS

O PT NÃO PODE
ABANDONAR SEU
PROGRAMA POR
PROPOSTAS BASEADAS
EM UM CAPITALISMO
QUE SÓ EXISTE NA
IMAGINAÇÃO

MILTON TEMER



Um grupo de líderes de partidos de centro e de esquerda da América Latina vem se reunindo com certa regularidade - o último encontro foi realizado em maio de 97 no Chile - para traçar uma alternativa ao neoliberalismo. Sob a coordenação de Roberto Mangabeira Unger e Jorge Castañeda o grupo de intelectuais (alguns do PT) pretende construir uma proposta "democratizante e desenvolvimentista" para a América Latina. Uma alternativa que serviria para atrair forças de centro, levando-as a romper a aliança que estabeleceram com as correntes conservadoras.

Essa estratégia é legítima, desejável até. Ampliar o espectro das alianças da esquerda, para chegar ao poder pela via institucional, é uma alternativa que está em discussão no Brasil. O que não se pode aceitar, porém, é que o PT aceite entrar nessa negociação numa posição tímida, que tem como ponto de partida a perda da própria identidade.

A experiência histórica está cheia de exemplos. Se as forças de esquerda começam o debate com a preocupação da "nova imagem" de aceitabilidade, sua tendência ao longo das negociações com as demais forças políticas é deslizar para o centro e, num segundo momento, adotar até teses reacionárias, de direita. Ou seja, para negociar alianças políticas a esquerda precisa partir de posições firmes, coerentes com seus princípios doutrinários. É um equívoco renunciar a teses essenciais, e negociar propostas ajustadas à visão de mundo dos que não têm uma concepção transformadora da sociedade.

REJEIÇÃO DO SOCIALISMO

Lamentavelmente, essa parece ser a tônica do primeiro documento público do grupo. O texto Unger-Castañeda manifesta um claro afã de agradar ao senso comum do "fim das utopias", em nome de um pragmatismo imediato.

De pronto, chama a atenção a rejeição absoluta do socialismo como categoria política. Os debates no Chile parecem ter se restringido a um programa que viabilize a implantação na América Latina de um suposto "capitalismo democratizado". O que quer dizer isso? Se aqueles que criticavam de dentro o sistema tiveram o pudor de falar em capitalismo quando formularam os conceitos do "Estado do Bem-Estar Social" nos anos 40, cabe a nós, agora, aceitar que exista o espaço

de um "capitalismo democratizado"?

Incorporar tal conceito coloca os autores da proposta numa posição mais atrasada que a do PS Francês, um partido socialdemocrata típico, cuja ação limita-se aos quadros da institucionalidade eleitoral.

O PSF, que na década de 80, havia aderido a pressupostos neoliberais, faz agora autocrítica e consegue excelentes resultados eleitorais - em momento adverso, numa eleição provocada pela direita francesa, um ano antes do fim do mandato regular do Parlamento francês. Propõe um conjunto de reformas que deixaria nossos formuladores do encontro do Chile em posição, no mínimo, de perplexidade.

Vamos a elas: 35 horas de trabalho semanal, com vistas a rapidamente alcançar 32, sem prejuízo de salário ou empregos; radicalização do princípio da progressividade nos impostos, com rigor especial face à especulação financeira, e moderação em relação à produção; interrupção imediata do processo de privatização de empresas públicas, com recomposição do aparelho do Estado naquilo que foi debilitado pela ação de governos recentes (principalmente sob Mitterrand), e a consequente reabilitação das carreiras públicas. Não esquecendo, evidentemente, da retomada de investimentos sociais.

Nessa autocrítica em relação a movimentos recentes, o PSF reformula sua estratégia de atuação e vem defendendo um reformismo revitalizado que prevê, inclusive, a volta ao controle do Estado de atividades muito mais amplas do que as chamadas estratégicas. Tudo nos termos que permitam a nós, formuladores do conceito de "socialismo petista", termos claros que nosso patrimônio político não tem que se submeter aos ditames da Nova Ordem para se tornar factível.

REFORMISMO ÁGUA-COM-AÇÚCAR COM PLUMAGEM TUCANA

Já o programa dos intelectuais latino-americanos representa um retrocesso. E pior; o documento aprovado no Chile não é convincente sequer como proposta de criação na América Latina de um suposto capitalismo democratizado. Trata-se na verdade de uma espécie de reformismo água-com-açúcar, com plumagem tucana. Aliás, se dúvida houvesse sobre tal constatação, estão aí os elogios de dois simbólicos pensadores da direita mais furibunda - o deputado Roberto Campos e

o diretor da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco.

É não é surpreendente que os dois tenham ocupado páginas exclusivas da grande imprensa para saudar o "novo pensamento da esquerda". Uma das principais propostas do documento faz parte dos programas dos governos FHC, Menem e Fujimori. Trata-se da determinação de "privatizar empresas públicas, usando os ganhos das privatizações para abater a dívida pública interna e reduzir os juros pagos pelo governo". Ora, o governo FHC está desestruturando o Estado brasileiro; privatizando de forma criminosa as estatais estratégicas, tudo sob o manto da necessidade de "fazer caixa".

Já foram vendidas as empresas petroquímicas, as siderúrgicas, a malha ferroviária de transporte de cargas, a Embraer, a Light, a Vale do Rio Doce, etc. Apesar disso, a dívida interna subiu de R\$ 61,7 bilhões quando o Plano Real foi lançado para R\$ 180 bilhões atualmente.

É há mais; para fazer caixa, o governo FHC renuncia a qualquer visão estratégica e promove uma inserção passiva do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. Atendendo as grandes transnacionais, a Embraer e a Telebrás (esta, devidamente retalhada) serão vendidas a grupos estrangeiros, impedindo o Brasil de manter uma empresa pública de grande porte mundial e condenando à morte o quinto maior centro de pesquisas do mundo do setor (o CPQD da Telebrás).

Para "fazer caixa", serão vendidas ao capital privado hidroelétricas do setor público, sem que isso represente a adição de um quilowatt sequer à nossa capacidade de geração de energia. Mas as hidroelétricas serão vendidas para que o governo possa "honrar" seus compromissos com os banqueiros, pagando os juros das dívidas interna e externa. Enquanto isso, dos US\$ 10 bilhões de novos investimentos já programados, nada menos que US\$ 7,5 bilhões sairão dos cofres da Eletrobrás.

AO GOSTO DO ROBERTO CAMPOS

O programa de "centro-esquerda" para a América Latina comete outros pecados mortais, mesmo quando se pensa em propostas reformistas aceitáveis para amplos segmentos da esquerda latino-americana. Como renunciar, por exemplo, a tornar o imposto de renda mais progressivo e em vez disso defender a tributação do consumo? Como taxar o con-

sumo de todos, em vez de cobrar IR dos mais ricos e aquinhoados, no país que é campeão mundial de desigualdade de renda? Foi essa proposta estapafúrdia que levou Roberto Campos ao orgasmo. É claro, diz Campos, o IR progressivo seria uma forma (defendida por Marx) de expropriar a burguesia.

A alternativa do encontro do Chile (que, aliás, só agravaria as características mais perversas do nosso sistema tributário onde os impostos indiretos têm peso preponderante) é complementada pela chamada conta social, através da qual todos os brasileiros receberiam uma doação em reais sem que se leve em conta seu padrão de renda ou patrimônio acumulado. Ora, um programa que não distingue entre a professora do Nordeste que ganha R\$ 40 por mês e o dr. Ermírio de Moraes não merece comentários louváveis.

Melhor seria que nossos intelectuais-escritas adotassem o programa de renda mínima do senador Eduardo Suplicy que, embora abençoado pelo guru do monetarismo, o arqui-liberal economista Milton Friedman, pelo menos se propõe a só complementar a renda dos mais pobres, enquanto nossos defensores do "capitalismo democrático" chegam ao ponto de propor uma espécie de caderneta de poupança até dos ricos...

Vai mais longe a guinada. O documento se refere apenas ligeiramente, de forma fugaz, quase envergonhada, ao pleno emprego e à reforma agrária.

UM CAPITALISMO QUE SÓ EXISTE NA IMAGINAÇÃO DESTES INTELECTUAIS

A centro-esquerda latino-americana já teve melhores momentos. Ao ceder, em seu programa "alternativo", a propostas neoliberais, nossos intelectuais-escritas acabaram gerando um documento contraditório, para não dizer mais. Ao tentar agradar a gregos, baianos, matogrossenses e troianos lembra a piada do sujeito que está com a cabeça na fôrnelha e os pés na geladeira, mas que, de acordo com o observador "isento", não teria com que se preocupar. A temperatura média seria a ideal.

Não por acaso, tal ambiguidade levou o porta-voz do governo FHC a se somar a Campos e Gustavo Franco, nos elogios ao documento debatido no Chile. Afinal de contas, afirmou o embaixador, a esquerda "responsável" propõe exatamente o que FHC está fazendo: privatização de empresas estatais, demissão de funcionários públicos como forma falaciosa de buscar equilíbrio das contas públicas, da redução da dívida interna...

Parafraseando Fernando Pessoa eles parecem acreditar que "tudo vale a pena quando a empresa é pequena". Será? Mas, como aceitar isso, como apostar nessa volta panglossiana ao capitalismo atomizado de Adam Smith, que não serve mais de referência sequer para a construção de modelos pelos economistas conservadores sérios?

Como pautar as propostas da centro-esquerda em cima de um capitalismo que só existe na imaginação desse novo tipo de intelectual latino-americano? Como acatar essa visão bucólica, quase pastoral do capitalismo moderno? Como adotar um programa que parece mais adequado ao Sebrae, do que a enfrentar os desafios de uma economia periférica que está no olho do furacão de um processo selvagem de globalização?

Será que nossos respeitáveis e ecléticos intelectuais buscaram realmente respostas (de preferência realistas) a estas questões?

Certamente, não. Mas os textos do Partido dos Trabalhadores, sim. É com eles que devemos, portanto, ficar.

MILTON TEMER É DEPUTADO FEDERAL PELO PT DO RIO DE JANEIRO.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS
FILIAIDOS